

JUBILEU SUL AMÉRICAS - JSA



Caderno do Estudo

**ENDIVIDAMENTO, HISTÓRICO DE LUTAS E  
PROPOSTAS ALTERNATIVAS NOS PAÍSES  
DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE**

ABRIL 2020

## FICHA TÉCNICA

**Título:**

**Endividamento, histórico de lutas e propostas alternativas nos países da América Latina e do Caribe.**

Data: Setembro 2020.

**Autor:**

**Helder Gomes**, Economista e doutor em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.

**Revisão:**

- **Martha Flores**, Intipachamama-Nicaragua, Secretaria Regional Jubileo Sur/Américas.
- **Rosilene Wansetto**, da Secretaria Executiva da Rede Jubileu Sul Brasil.
- **Sandra Quintela**, Articuladora Nacional da Rede Jubileu Sul Brasil.

<< Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. Seu conteúdo é de responsabilidade exclusiva do Instituto Rede Jubileu Sul Brasil e da Red Jubileo Sur/Américas e não reflete necessariamente a visão da União Europeia. >>

<< Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva do Instituto Rede Jubileu Sul Brasil e da Red Jubileo Sur/Américas e não representa necessariamente a posição da FRL.>>

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
<b>1. A DÍVIDA NA ESTRATÉGIA IMPERIALISTA DE DOMINAÇÃO TOTAL</b>	<b>5</b>
1.1 Pressupostos estruturais	5
1.2 As doutrinas do Tio Sam e seus objetivos estratégicos	10
1.3 Crise mundial e domínio do capital especulativo parasitário	16
1.4 A (re)especialização produtiva e as políticas de integração da AL e o Caribe	24
<b>2. A DÍVIDA PARA ALÉM DOS NÚMEROS</b>	<b>28</b>
2.1 A perda de soberania sobre as decisões mais relevantes	28
2.2 Degradação ambiental vinculada à oportunidade de grandes negócios	30
<b>3. A EVOLUÇÃO RECENTE DA ARMADILHA DO ENDIVIDAMENTO E REPERCUSSÕES ESPECÍFICAS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE</b>	<b>36</b>
3.1 América Latina e o Caribe	41
3.1.1 América do Sul como experiência didática	43
3.1.2 A América Central	58
3.1.3 O Caribe	66
3.2 Somos nós os credores	70
<b>4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A CRISE ATUAL</b>	<b>75</b>
4.1 A nova pandemia e a armadilha da dívida ante a crise do capital	75
4.2 Que alternativas teríamos?	77
REFERÊNCIAS	81

## APRESENTAÇÃO

A Rede Jubileu Sul apresenta este trabalho de pesquisa realizado pelo Prof. Helder Gomes a partir de uma longa construção coletiva, que se deu no interior da organização por alguns meses sobre o que o estudo deveria contemplar, considerando os desafios ainda maiores frente à conjuntura regressiva que atinge países da América Latina e Caribe.

Essa reflexão procura atualizar o debate sobre as formas como a dívida pública se apresenta, como parte estrutural dos processos de controle sobre as economias do mundo inteiro, em particular as economias periféricas. Os mecanismos vêm do século XIX e permanecem sob novas formas, mas mantendo os mesmos objetivos de dominação sobre o nosso presente e, em particular, sobre nosso futuro.

O texto faz um resgate histórico, onde vamos conectando pontas entre o passado e o presente, e segue aprofundando a reflexão de que a dívida não é um tema superado. Para o Jubileu Sul é um tema central de sua agenda e por isso esse documento para debate.

De forma perversa, para além dos números a dívida representa a perda de

soberania e autodeterminação, com interferência nas decisões políticas e econômicas, privatizações e entrega do patrimônio público. Representa ainda um modelo de desenvolvimento que faz da degradação uma oportunidade de negócios que expropriam riquezas, desrespeitam os povos e a natureza.

Assim, move-nos a ideia de que toda essa questão do complexo sistema de dominação, imposta pelo mecanismo de dívida pública, seja compreensível para grande parte da sociedade que sofre as consequências do eterno pagamento.

A dívida é a alavanca central desse sistema. É uma catapulta que acumula a riqueza gerada pela classe trabalhadora e a entrega ao andar de cima, que se vê cada dia mais seletivo e mais rico. Só neste período de pandemia do coronavírus, nos quatro meses entre março e junho de 2020, os bilionários da América Latina e Caribe ficaram U\$ 42 bilhões mais ricos. E a dívida pública o que tem a ver com isso?

Essa é a espinha dorsal deste estudo: de onde vem a riqueza dos ricos e o que a dívida pública tem a ver com isso.

**Esperamos que gostem!  
Boa leitura!**

## A DÍVIDA NA ESTRATÉGIA IMPERIALISTA DE DOMINAÇÃO TOTAL

### 1.1 Pressupostos estruturais

Uma primeira aproximação ao tema da dívida nos remete a compreender melhor o controle imperialista da acumulação em nível mundial a partir do monopólio da produção, do conhecimento e das linhas de crédito. A partir de meados do século XIX, o capitalismo estabeleceu uma nova dinâmica de dominação, de natureza complexa, tentacular e totalizante. O imperialismo resultou de um processo de acumulação primitiva de riquezas e de consolidação da industrialização atrasada,<sup>1</sup> num momento em que novas potências mundiais passaram a concorrer *pari passu* com a Inglaterra vitoriana, iniciando a era do capital oligopolista em nível internacional.

Dessa nova fase de expansão, é interessante notar que das próprias relações do chamado *livre-comércio* nasciam as iniciativas de proteção dos mercados domésticos, na mesma medida em que a Inglaterra foi perdendo a condição de *oficina do mundo*. Gradativamente, passou a

predominar nas relações econômicas entre as principais potências capitalistas do planeta um intenso processo de centralização de capital.

Isso significou uma redistribuição do monopólio da produção e da tecnologia entre a Inglaterra e as nações de industrialização atrasada (em especial, Estados Unidos, Alemanha, França, Rússia e Japão). Os bancos passaram a exercer papel estratégico, fundindo-se com o capital produtivo e participando da criação das sociedades anônimas (S. A.). O sistema de crédito passou a ser orientado como arma contra as barreiras ao agigantamento de grandes conglomerados econômicos, colocando os bancos no centro das decisões e da manipulação de informações, alimentando novas oportunidades para a especulação e para a acumulação fictícia de capital.

Era também o momento das inovações tecnológicas da Segunda Revolução Industrial. A tecnologia do aço, da eletricidade, dos motores elétricos e à

<sup>1</sup> Em "Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado", Oliveira (2003) procura distinguir a etapa originária da industrialização, centralizada na Inglaterra, das fases posteriores de expansão da revolução industrial. No final do século XIX, foi possível verificar que, ao contrário da Inglaterra, que manteve certo apego às formas tradicionais de organização empresarial, próprias da fase do tear a vapor, as unidades de capital constituídas nos EUA, na França e na Alemanha, estimuladas pela expansão da mania ferroviária, já se organizavam com mais nítida separação entre a propriedade e a gestão dos negócios, na forma de sociedades por ações, tendo um grande banco associado, dada a exigência de um volume maior de capital para os grandes volumes de investimentos requeridos.

combustão substituíam as técnicas baseadas no ferro e na máquina a vapor, promovendo uma intensa separação do trabalho manual do trabalho intelectual. Com isso, a produção de tecnologia passou a ser exercida por equipes de engenharia, entre outras especialidades, no lugar dos chamados *homens práticos*, do chão das fábricas, desqualificando cada vez mais o trabalho manual. Essa foi a base para o monopólio do conhecimento, como arma da concorrência e da centralização do capital, cujas repercussões acabaram ampliando as desigualdades entre as nações, dando origem à disputa pela propriedade intelectual, a criação do sistema de patentes, em busca da apropriação de *royalties* e outras formas de renda provenientes da transferência controlada de novas tecnologias.



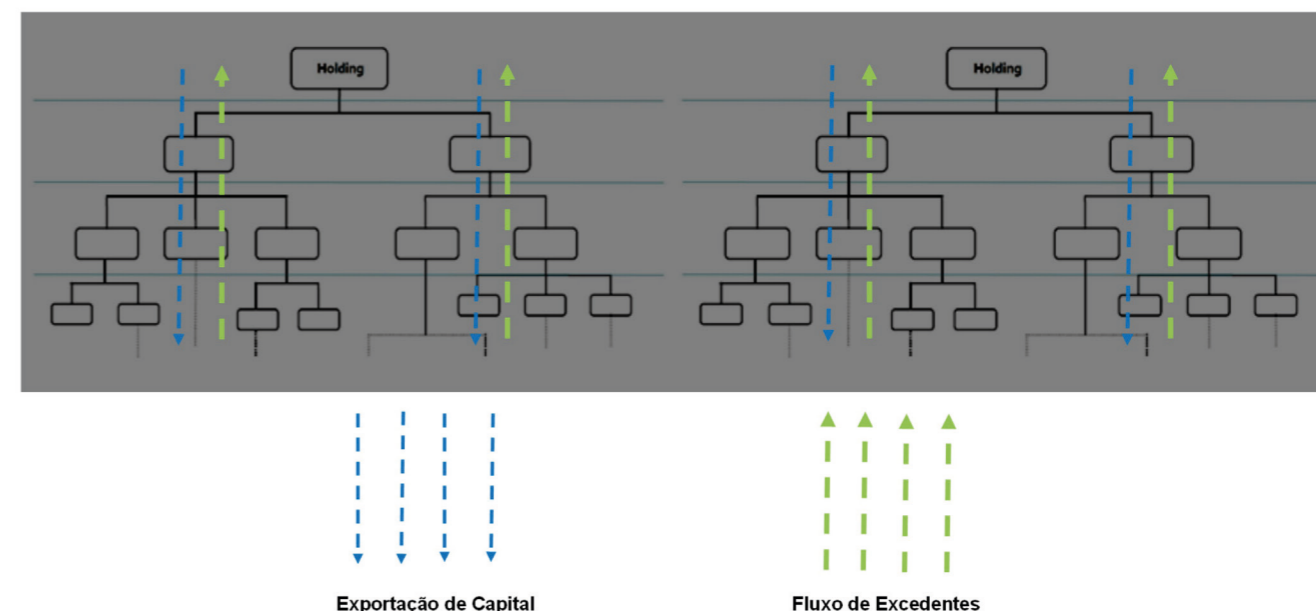
Grandes conglomerados econômicos assumiam o comando da produção, do comércio e do sistema de crédito em nível mundial, a partir da formação de *trustes* e *cartéis*. Empresas controladoras (*holdings*) passaram a comandar inúmeras unidades de capital, operando em diversos ramos de atividade simultaneamente, distribuídas em vários países.

Formavam-se, assim, hierarquias de dominação na tomada de decisões e na apropriação de excedentes. Somente nas camadas mais elevadas dessas hierarquias passaram a ser tomadas as decisões de investimento, relativas ao padrão tecnológico, à orientação das linhas de financiamento e sobre o que produzir em cada local onde estariam instaladas as filiais dos grandes conglomerados.

Naquele movimento de grandes transformações, os Estados nacionais passaram a operar o protecionismo econômico e o aporte militar, necessários ao controle das fontes de matérias primas, da produção de alimentos e de insumos industriais, em todo o globo. Assim, o controle da expansão da produção industrial e sobre a **extração de excedentes**, fora do território das grandes potências, marcava o sentido da **exportação de capital**<sup>2</sup> como arma estratégica na concorrência imperialista.

<sup>2</sup> A exportação de capitais deve ser entendida como o controle da produção, do comércio e das linhas de crédito, em operação fora do território das grandes potências, com a finalidade de centralizar nas nações imperialistas excedentes de riqueza extraídos em diversas partes do mundo.

Organização mundial dos grandes conglomerados empresariais



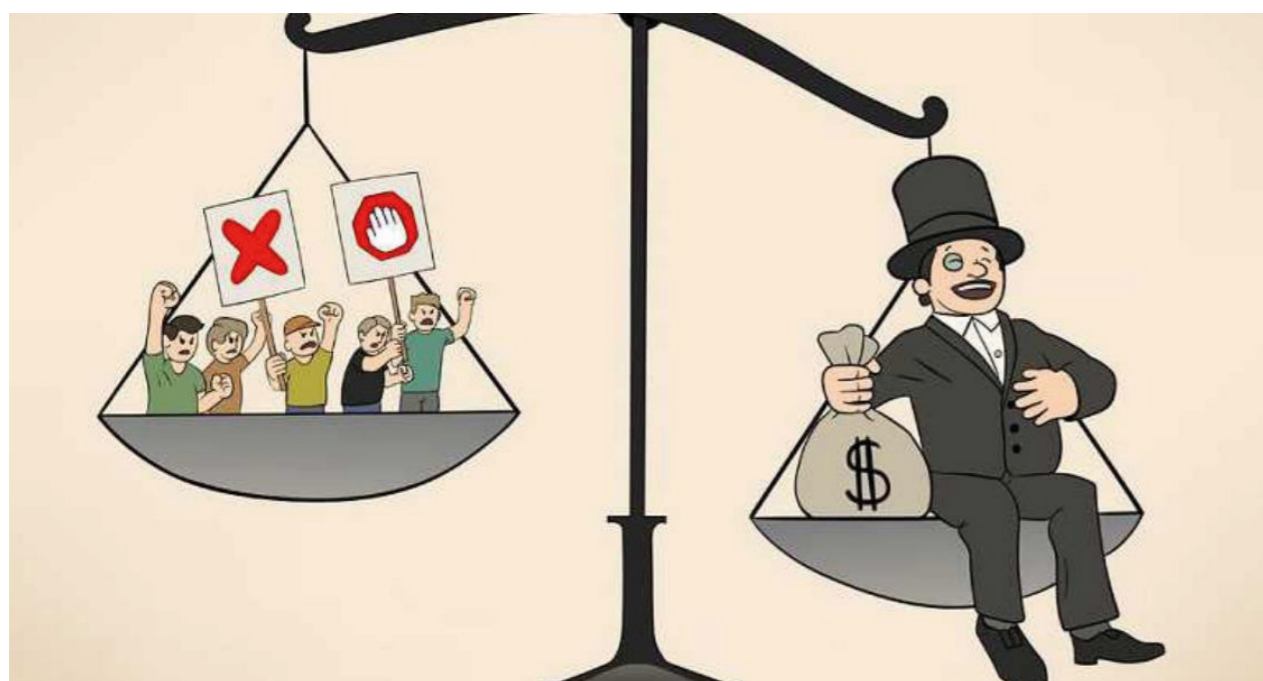
Dessa maneira, a reprodução do modo de produção capitalista ganhou ainda mais integração em nível mundial, na mesma medida em que ampliavam os graus de diferenciação em seu processo de **desenvolvimento desigual**. Entre as grandes potências imperialistas observavam-se, desde então, formas de produção e de comercialização num estágio bastante avançado de evolução técnica. Porém as relações de produção nas nações subdesenvolvidas passaram a mesclar algumas inovações pontuais com formas ainda bastante primitivas de acumulação.

**Desenvolvimento desigual e extração de excedentes**

Na prática, o grande desafio para a acumulação capitalista, a partir da segunda

metade do século XIX, era alterar a base das relações escravistas herdadas da antiga produção colonial de matérias-primas e de alimentos, na América Latina e no Caribe. O trabalho escravo não gerava os ganhos de produtividade que eram obtidos na grande indústria metropolitana, o que impedia reduzir os custos de produção nas grandes fábricas. A solução seria passar a fabricar insumos e alimentos nas antigas colônias dentro da lógica industrial, mas sem perder o controle imperialista sobre essa produção. Isso significava manter os laços de subordinação das nações latino-americanas e caribenhas, por exemplo.

As alternativas para isso foram encontradas no próprio processo de formação dos conglomerados econômicos sediados nas grandes potências. Como os



investimentos capitalistas têm comandos centralizados, em nível mundial, a produção industrial decidida de forma hierarquizada passou a impor uma diversificação produtiva restringida nas ex-colônias. Resulta daí a especialização na produção voltada para o consumo interno, privilegiando a exportação de produtos primários e semielaborados, com o controle estrangeiro impondo o uso restrito de novas tecnologias.

Mas não apenas isso. As dificuldades históricas herdadas do passado colonial, que impediam a retenção interna de uma parcela significativa da riqueza produzida, mantinham também a dependência em relação aos financiamentos externos à produção e à comercialização com o exterior.

Dessa forma, nascia um regime de relações econômicas internacionais, em que

as ex-colônias da América Latina e do Caribe passaram a participar da produção industrial organizada em nível mundial em novas bases de subalternidade. O novo modelo, adotado a partir de então, consiste em transferir riquezas para as grandes potências imperialistas, a partir da extração do patrimônio natural e de seu beneficiamento industrial, especialmente minerais metálicos, energéticos, insumos vegetais e alimentos.

As novas relações de produção passam a mesclar, de forma gradativa, mas contínua, um rigoroso regime de exploração da força de trabalho assalariada com relações primitivas de trabalho, como forma de atração de investimentos externos.

Outra face do modelo tem sido a ausência de contrapartidas monetárias ao esforço exportador, uma vez que as divisas estrangeiras arrecadadas acabam sendo

devolvidas ao exterior na forma de pagamentos pela importação de máquinas, insumos e meios de consumo não produzidos internamente, bem como na forma de juros e amortização de dívidas, lucros e dividendos; mas, também, como pagamento por uma série de serviços vinculados à especialização produtiva do próprio esforço exportador: royalties, aluguéis de equipamentos, entre outros.



Essas condições estruturais, geradas desde a segunda metade do século XIX, se reproduzem de uma forma geral até os dias atuais.

Nuestra época, posterior a la crisis del 2008, es la del neocolonialismo imperialista. Las cadenas de formación de valor se desglosan, tercerizan y globalizan mientras la producción capitalista manteniendo el control de las empresas y estados centrales – se relocaliza en sus unidades productivas desplazándose y amplificándose hacia el Sur Global. Se intensifica la superexplotación de la fuerza de trabajo

<sup>3</sup> Nossa era, posterior à crise de 2008, é a do neocolonialismo imperialista. As cadeias de formação de valor são quebradas, terceirizadas e globalizadas enquanto a produção capitalista - mantendo o controle das empresas e estados centrais - se desloca em suas unidades produtivas movendo-se e ampliando-se em direção ao Sul Global. A superexploração da força de trabalho (em sua maioria feminina e precarizada) é intensificada. A busca voraz e sem medidas dos recursos naturais do Terceiro Mundo torna-se vital para diminuir o valor do capital constante e contabilizar a queda na taxa de lucro em meio à crise capitalista mundial. Um processo que em tempos de catástrofes ambientais, mudanças climáticas e escassez de recursos não renováveis, supera o velho colonialismo de divisão do mundo em "zonas de influência". As assimetrias entre diferentes formações sociais incentivam uma nova divisão internacional do trabalho, reproduzindo hierarquias, dependências, dominações e aprofundando o desenvolvimento desigual do capitalismo em escala global (tradução nossa).

(mayormente feminizada y precarizada). La búsqueda voraz y desbordada de los recursos naturales del Tercer Mundo se torna fundamental y vital para disminuir el valor del capital constante y contrarrestar la caída de la tasa de ganancia en plena crisis capitalista mundial. Un proceso que en tiempos de catástrofes ambientales, cambios climáticos y escasez de recursos no renovables, supera el viejo colonialismo del reparto del mundo en "zonas de influencia". Las asimetrías entre distintas formaciones sociales alientan una nueva división internacional del trabajo, reproduciendo jerarquías, dependencias, dominaciones y profundizando el desarrollo desigual del capitalismo a escala mundial (COHAN, 2019, p. 1).<sup>3</sup>

Podemos dizer, portanto, que o processo de independência formal das ex-colônias, desde o século XIX, procurou garantir as condições econômicas, sociais e políticas de manter as relações de subalternidade do desenvolvimento desigual imperialista, cujo principal objetivo tem sido a transferência de riquezas, em favor do capital

organizado a partir das grandes potências mundiais.

## 1.2 As doutrinas do Tio Sam e seus objetivos estratégicos

*Seja forte enquanto tiver escravos.* Ficaram muito conhecidas no século XIX as mensagens de propaganda que procuravam difundir a doutrina do *Destino Manifesto*, segundo a qual o povo dos Estados Unidos da América (EUA) seguiria certa vocação, de ordem divina, para comandar a humanidade à redenção. Com essa linha orientadora, a busca por anexar territórios (os mexicanos, por exemplo) e controlar o desenvolvimento de outros povos nada mais seria que a realização natural desta predestinação.

Foi a partir de ideias assim que, no final de 1823, o presidente estadunidense James Monroe criou a consigna *A América para os americanos (Doutrina Monroe)*. A proposta foi justificada pela necessidade de proteger o continente das novas investidas coloniais das nações europeias após as guerras napoleônicas. Por trás desse esforço discursivo foram construídas as bases de convencimento da supremacia dos EUA, interna e externamente, como elemento fundante para novos planos estratégicos (STONE; KUZNICK, 2015). Iniciavam-se, dessa forma, as manobras para um intenso processo de industrialização que culminaria, na segunda metade do século XIX, com a estratégia dos EUA de substituir a Inglaterra no comando das

relações econômicas e geopolíticas em nível mundial.

O plano estadunidense foi bastante favorecido pela grande depressão iniciada em 1873. A Inglaterra era a potência com maior número de colônias naquele momento, mas não conseguiu responder imediatamente aos abalos da grande crise, atrasando-se em acompanhar as grandes alterações nos processos de inovação em curso nas novas potências mundiais (OLIVEIRA, 2003).

A reação inglesa veio por meio de duas táticas: garantir sua posição na corrida neocolonialista a partir de pesados investimentos militares e, ao mesmo tempo, procurar manter a *City londrina* como principal centro de compensação e liquidação das transações de crédito em nível internacional. Assim, além de ampliar o seu poderio militar, para garantir o domínio alcançado sobre as relações econômicas internacionais, a Inglaterra procurou articular a generalização de um padrão monetário sob seu controle. Nascia, assim, a proposta do *padrão ouro*.

No entanto, as condições eram bastante instáveis para isso. A proposta de generalizar um padrão monetário internacional, com base na conversibilidade direta das moedas em ouro e com taxas de câmbio fixas e/ou administradas, se chocava com vários interesses do capital organizado em países onde seria preferível

manter o *sistema bimetalico*. Na França e em outros países europeus, as unidades de capital preferiam garantir parcerias comerciais e de crédito com estrangeiros que mantinham a prata como padrão monetário. Os Estados Unidos projetavam elevar a produção de prata internamente, o que favorecia a preferência pela cunhagem mais flexível, ora em ouro, ora em prata, permitida pelo *bimetalismo* (EICHENGREEN, 2000).



### Bimetalismo e papel-moeda conversível

Há milênios, várias mercadorias puderam cumprir a função de dinheiro (o sal, o gado, por exemplo). À medida que evoluíram os processos de troca, os metais preciosos passaram a se universalizar como referência para expressar o valor de troca no mundo das mercadorias e intermediar as relações comerciais, por apresentar características físicas bastante peculiares: maior divisibilidade, garantia de homogeneidade e identidade mesmo em pequenas porções, entre outras.

Inicialmente, o problema no uso dos metais preciosos estava em aferir a quantidade (peso) e sua qualidade (pureza) no cotidiano das trocas. Por isso, nasceu o processo de cunhagem de moedas a partir desses metais eleitos como mercadoria-dinheiro. Mais tarde, alguns países, como a França, optaram por usar um regime de cunhagem de moedas simultâneas, de ouro e de prata, mantendo um

*sistema bimetalico*.

Uma curiosidade. Ourives de Florença (Itália) cunhavam moedas metálicas e as colocavam em circulação, cujas mesas de madeira, em cima das quais realizavam-se as transações com os clientes, eram chamadas de *bancos*.

A função principal da atividade do emissor de moedas metálicas era atestar a pureza e o peso do material, cunhando neles um preço, que normalmente coincidia com a unidade de medida de peso do local: a libra-peso de prata, por exemplo, passou a se generalizar como libra esterlina, na Inglaterra.

Dificuldades ligadas ao desgaste do metal em seu intenso fluxo e à possibilidade de falsificação logo passaram a exigir sistemas públicos e privados mais rígidos de regulação e de certificação. Assim, em busca de maior credibilidade, criaram-se as atividades de emissão de certificados de depósitos de barras de ouro e/ou de prata, os quais passaram com o tempo a circular ao lado das moedas metálicas como meios de circulação das mercadorias. Os estabelecimentos dotados dessa credibilidade, aos quais eram delegadas as funções de depositário de ouro ou prata e de emissor dos certificados de depósito, passaram a ter direito à cobrança de tarifas em termos de *senhoriagem*.

No entanto, essas atividades de emissão de notas de certificação de depósitos de

metais preciosos logo se converteriam num novo negócio. Na medida em que a quantidade de certificados emitidos poderia não corresponder à quantidade de metal depositado, surgia a oportunidade para a emissão de notas de crédito, sem lastro: ou seja, a partir de uma quantidade de metal depositado, o senhorio poderia colocar em circulação, além dos certificados de depósito, uma quantidade de notas por meio de empréstimos, inclusive cobrando juros.

Tudo isso só poderia funcionar enquanto perdurasse a credibilidade de que o estabelecimento emissor dos certificados e das notas de crédito garantisse honrar com a conversibilidade, isto é, a qualquer momento, o portador dos certificados de depósito, ou das notas de crédito, poderia se dirigir ao emissor e trocá-los por uma quantidade de ouro ou prata correspondente. Mas nem sempre isso era possível e as crises monetárias passaram a se tornar flagrantes.

Da instabilidade desses sistemas monetários, nasceram propostas de regulação bastante diferentes. Num extremo, surgiu a ideia de um sistema rígido de conversibilidade direta, como foi a proposta da Inglaterra de generalizar o *padrão ouro*, no final do século XIX. A ideia era criar bancos centrais, em cada nação, que seriam

únicos responsáveis pela emissão de papel-moeda conversível e, também, pela garantia das compensações das operações internacionais de comércio e de crédito com taxas de câmbio mais rígidas ou inflexíveis.

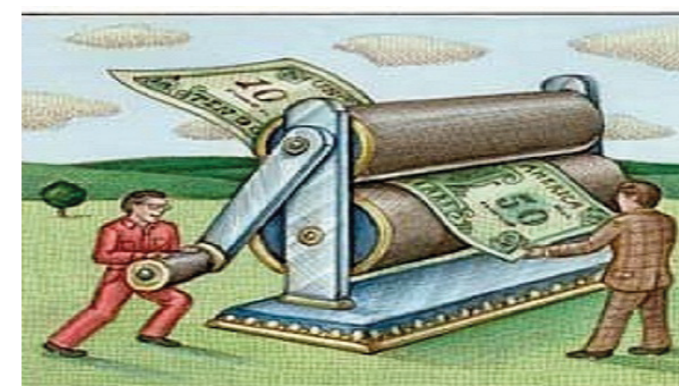
De outro lado, a partir do malogro da proposta inglesa de um Padrão Ouro, adotaram-se experiências bem mais flexíveis que iriam se generalizar no século XX, baseada na emissão de papel-moeda de curso forçado. Se tornaria com o tempo totalmente inconvertível, ou seja, sem garantia pelo emissor de sua conversão em ouro ou prata.

Além disso, as doutrinas cultivadas nos Estados Unidos procuravam difundir a ideia de ali se instaurar uma espécie de *paraíso do laissez faire*, com interesses não tão explícitos. Peculiaridades da industrialização estadunidense apresentavam ao mundo desde muito cedo um modelo de integração entre o capital bancário e o capital produtivo, num terreno fértil para a especulação. Empresas e bancos privados operavam na emissão de notas em papel como meio de troca durante várias décadas e elas circulavam em paralelo às moedas de ouro e prata de curso legal. Na verdade, gestavam-se ali o *paraíso das reservas fracionárias*.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Trata-se de um regime de emissão de papéis-moeda inconvertíveis, a partir de uma fração apenas de ouro, prata ou qualquer outra forma física de mercadoria-dinheiro, o que significava, na prática, emissão sem qualquer lastro real.

A proposta de criar um sistema internacional de regulação das emissões de moedas e de controle das linhas de crédito era, portanto, bastante conflituosa. Assim, durante todo esse período ocorreram diversas experiências de gestão monetária, ante a difusão de alternativas de meios de circulação, públicos e privados. As crises comerciais e de crédito, em nível internacional, apontavam para iniciativas de centralização, tendo em vistas o controle e a padronização das emissões de moedas metálicas e de papel moeda, ativando novas formas de intervenção estatal e de regulação das taxas de câmbio.

Assim, a intenção da Inglaterra era criar um sistema de câmbio fixo, admitindo eventualmente taxas administradas pela autoridade monetária de cada país, com base em critérios definidos nos tratados internacionais. No padrão ouro, a emissão de papel-moeda corresponderia a uma quantidade equivalente de ouro em depósito, o que exigia um regime mais centralizado, o que seria sanado com a adoção de uma atribuição institucional da função de banco central de abrangência nacionalizada, seja para a regulação interna do sistema de crédito, seja para



o controle da conversibilidade das compensações das operações comerciais e de crédito com outras nações. Dessa forma, a transferência de ouro em espécie entre nações seria atribuição exclusiva dos bancos centrais que passaram a ser criados a partir de então.

Porém, com a emergência do período das Grandes Guerras Mundiais, na primeira metade do século XX, o padrão ouro não resistiu. Muitos países sequer conseguiram criar as instituições para cumprir as atribuições internacionais de um banco central (EICHENGREEN, 2000). Além das relações bélicas, a depressão mundial dos anos 1930 acabou de vez com a frágil sustentabilidade do regime de conversibilidade das moedas nacionais em ouro.

Assim, com o fim da Segunda Grande Guerra, iniciaria uma nova fase nos pactos para a consolidação de um novo padrão monetário internacional. A partir de 1944, dada a posição de domínio dos Estados Unidos, que não sofreram qualquer abalo bélico em sua base territorial e, ao mesmo tempo, se tornaram a principal fonte mundial de produtos industriais, durante e depois da guerra, a nova ordem econômica estaria sob sua regulação. Era o começo de uma nova era, em que nascia definitivamente a *doutrina do dólar forte*, como moeda mundial, com emissão na forma de papel-moeda conversível, de curso forçado, emitido pelo *Federal Reserve (FED)*, o poderoso banco central estadunidense.

O regime que funcionou no imediato pós-guerra se baseou em taxas de câmbio fixas, mas passíveis de alguma administração em determinadas circunstâncias. A rigidez na conversibilidade exigia uma cotação fixa das demais moedas nacionais em relação ao dólar dos Estados Unidos e este seria emitido em paridade com quantidades de ouro correspondentes em reserva. Entretanto, como não poderia deixar de ser, o regime de reservas fracionárias sempre operou, especialmente nos momentos de maior pressão especulativa.

O sistema operou durante toda a reconstrução das nações destruídas pela guerra com algumas marcas estruturais que seriam herdadas no período posterior. Fizeram parte dos pactos internacionais de 1944, conhecidos como *Acordo de Bretton Woods*, a criação de agências multilaterais de regulação e operacionalização das cláusulas pactuadas, bem como de gestão das linhas de financiamento aos investimentos previstos para a recuperação e a expansão econômica nos países membros. Duas agências principais foram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e

Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial.

O domínio do capital organizado a partir dos Estados Unidos nesse modelo de reconstrução era total. Empresas sediadas em território estadunidense criaram filiais em vários países, especialmente na Europa e no Japão,<sup>5</sup> para cuidar dos pesados investimentos requeridos para reerguer as economias devastadas. Enquanto durou o processo de recuperação, as remessas de dólares emitidos pelo FED, na forma de investimentos diretos e de empréstimos, tinham como contrapartida as compras de máquinas, equipamentos, insumos e meios de consumo pelos países em reconstrução.

No entanto, tudo mudaria com o passar do tempo. Na medida em que se restabeleciam as condições produtivas nas economias destruídas pela guerra, elas se tornavam cada vez mais autossuficientes, conseguindo aos poucos suprir as demandas internas por meios de produção e de consumo. Com isso, os dólares que deixavam os Estados Unidos foram gradativamente entesourados no exterior, em

<sup>5</sup> Cabe lembrar de algumas imprecisões táticas importantes, na posição dos Estados Unidos durante o início da Segunda Guerra, que trouxeram graves consequências na sua estratégia de dominação internacional. A postergação da entrada efetiva das tropas estadunidenses no norte da Europa tinha a previsão de que, sem sua ajuda imediata, ocorreria uma destruição mútua entre a Alemanha e a União Soviética, em conflito aberto desde a invasão da Polônia pelas tropas de Hitler. O então presidente Roosevelt, inclusive, previa tornar a Alemanha e o Japão países não industrializados após a guerra. Entretanto a União Soviética não apenas resistiu ao avanço germânico, como ocupou posições territoriais estratégicas na Europa a cada vitória de expulsão dos alemães das áreas invadidas. Após os conflitos bélicos, os Estados Unidos acabaram incluindo o Japão e a Alemanha na política de reconstrução industrial, como forma de evitar o avanço das perspectivas socialistas, uma vez que estas nações poderiam obter apoio econômico da União Soviética.

busca de novas alternativas de aplicação, formando a base do que mais tarde ficou conhecido, por exemplo, como o *mercado de eurodólares*, o qual inclusive envolvia as filiais de bancos estadunidenses instaladas na Europa.

Em paralelo, o novo mercado bancário europeu também passou a ser abastecido pelos crescentes volumes de dólares derivados da exportação de petróleo pelos países do Oriente Médio. A ausência de oportunidades de investimento industrial em larga escala na região petrolífera levava as famílias proprietárias dos poços de petróleo a procurar alternativas de reciclagem dos dólares acumulados com a venda dessa fonte energética fundamental. Dessa forma, os bancos instalados na Europa logo se tornariam privilegiados nos mercados de empréstimos internacionais, em especial no momento de agravamento da crise mundial e do agigantamento de uma nova onda especulativa, como se vê mais adiante. Essa corrida para a especulação envolveria em sua armadilha, de forma particular, os países da América Latina e do Caribe, os quais foram impulsionados a tomar grandes volumes de empréstimos externos sob o argumento da possibilidade de superação de seu estágio de subdesenvolvimento.

Tudo se tornaria mais evidente a partir de 1971, quando o sistema monetário montado no final da Segunda Guerra ruiu. Com os primeiros sinais do que mais tarde se revelaria como uma nova grande

depressão econômica, muito do que se acreditava ser a melhor forma de regulação monetária internacional foi unilateralmente interrompida pelos Estados Unidos. Após a pressão das potências imperialistas reconstruídas após a guerra, procurando desacreditar o dólar como moeda mundial, o presidente Nixon não vacilou. “Sem perder tempo com consultas diplomáticas, em um discurso na televisão de quatro minutos para um público doméstico, ele descartou o sistema de Bretton Woods, cortando a ligação do dólar com o ouro” (ANDERSON, 2015, p. 86).

A partir de então, deu-se início a uma nova fase de desregulação total das taxas de câmbio e de generalização da emissão de papel-moeda não conversível, gerando toda sorte de instabilidade no sistema de crédito internacional. Com o predomínio do uso das reservas fracionárias, criavam-se em todo o mundo oportunidades para o domínio da especulação parasitária, uma vez que se instaurou um período de grandes oscilações nas cotações das bolsas de valores, nas bolsas de mercadorias e de futuros e nos mercados de **títulos derivativos**, os quais passaram a operar de forma agigantada especialmente na especulação sobre o devir das taxas de juros e de câmbio nas mais variadas denominações monetárias.

### Derivativos

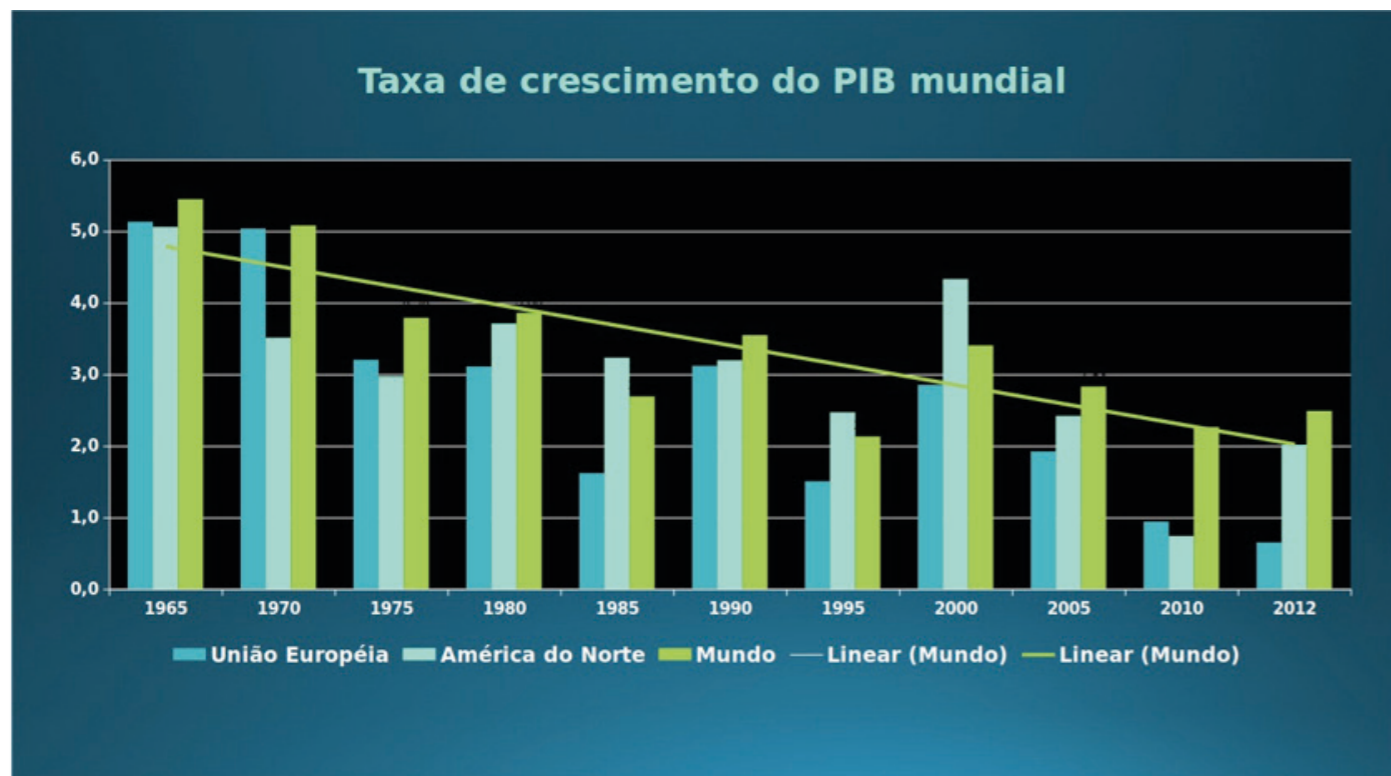
Títulos são documentos onde se firmam os contratos entre dois ou mais



operadores do mercado, definindo o objeto (empréstimo, opção de compra), o preço da operação e o prazo de resgate (de liquidação do contrato). Existem os títulos primários, os quais normalmente envolvem transações com objetos mais concretos, como ações de empresas, dívidas pública, privada e até pessoal, aluguéis etc. Muitos operadores utilizam esses títulos primários para servirem de lastro para uma segunda transação, na qual são emitidos títulos chamados secundários. Aos títulos que derivam de outros títulos, para uma transação especulativa, normalmente vinculados a apostas sobre preços, taxas de câmbio, ou taxas de juros, que poderão ser operadas no futuro, dá-se o nome de derivativos.

### 1.3 Crise mundial e domínio do capital especulativo parasitário

Desde o final dos anos 1960, o mundo passou a experimentar uma grave crise econômica internacional. Os mercados mais dinâmicos do capitalismo mundial explicitavam uma queda abrupta nas taxas de crescimento. Nos anos seguintes, a recessão econômica se generalizava nas economias mais avançadas industrialmente, acompanhada de uma aceleração inflacionária, criando um ambiente de incertezas ainda mais profundo. Tratava-se, definitivamente, do esgotamento da grande onda de investimentos registrada na reconstrução do Pós-Guerras, com repercussões negativas de longo prazo, mas pouco perceptível naquele momento inicial de uma nova grande crise.



Alguns elementos que compunham o cenário internacional no início dos anos 1970 merecem ser destacados. Naquele período ocorreu uma contestação mais contundente da supremacia dos Estados Unidos. Diante da pressão europeia e japonesa, o governo estadunidense acionou instrumentos para manter o dólar como padrão monetário internacional a partir da sua sobrevalorização.



Por seu turno, para substituir a política de contenção da chamada Guerra Fria, o então presidente Nixon propôs uma ampla distensão internacional (*détente*). A tentativa de saída honrosa para a Guerra do Vietnã acabou não se realizando conforme projetado, entretanto os EUA conseguiram uma vitória diplomática até então imprevisível nas relações bilaterais que construiu com a China e com a URSS, dividindo o chamado mundo socialista, que passava a disputar internamente uma melhor posição nas relações com os Estados Unidos (ANDERSON, 2015).

A nova política de distensão não se manifestava apenas em consequência das tensões de lado a lado na Guerra Fria. É preciso contextualizá-la, também, em

relação aos primeiros sinais da grave crise capitalista em escala mundial. As taxas de crescimento econômico despenavam nas economias industrialmente mais avançadas, criando um ambiente de incertezas, ou de insegurança, quanto à profundidade da crise, que apontava para o esgotamento da dinâmica que manteve a grande onda de conversão de lucros em investimentos capitalistas no período anterior.

Os países devastados na 2ª Guerra se encontravam reconstruídos e suas economias se mostravam restituídas à condição de potências imperialistas dispostas à competição internacional naquele momento. Assim, diante da crise sistêmica que se formava, Europa e Japão passaram a organizar uma contestação mais contundente à capacidade dos EUA manterem a regulação monetária mundial e, até mesmo, a proteção militar prometida ante a Guerra Fria. Essa pressão esteve ancorada no salto qualitativo das inovações tecnológicas que tornavam os parques produtivos europeus (especialmente da Alemanha e da França) e japoneses muito mais avançados que aqueles das matrizes industriais estadunidenses.

Assim, além das disputas comerciais e da formação de uma nova ordem de fusões e aquisições de empresas, a nova tática passou a ser contestar o dólar como moeda mundial, a partir da compra maciça de ouro. Uma vez ameaçados, os Estados Unidos trataram de reagir, impondo



condições ainda mais críticas para a reprodução do capital em escala mundial, abalando profundamente os acordos que vigoravam desde 1944.

A ruptura unilateral do *Acordo de Bretton Woods* parecia resolver alguns dos problemas competitivos imediatos das empresas exportadoras dos EUA. No entanto, tais medidas não estavam à altura da profundidade da crise econômica mundial que se aprofundava naquele momento, revelando uma nova onda de superprodução de capital, muito mais dramática que as anteriores. A busca de instrumentos para a administração da crise no curto prazo abria toda sorte de oportunidades para a especulação em escala mundial, sem resolver o fundamental, que seria encontrar alternativas para o investimento, suficientemente rentável, das parcelas excedentes do capital centralizado.

#### Modalidade especial de especulação

A quebra da conversibilidade dólar-ouro, a partir de 1971, significava a liberação

dos instrumentos de conversão cambial em todo o mundo. Com isso, parcelas cada vez maiores do capital excedente eram usadas em apostas sobre as cotações futuras das diversas moedas nacionais em relação ao dólar, em busca de alternativas à ausência de aplicação produtiva razoavelmente rentável.

O volume de dólares excedentes nos mercados internacionais se elevavam na mesma medida em que o preço internacional do barril do *ouro negro* se elevava, especialmente a partir da formação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP). Com a explosão dos chamados *petrodólares*, as linhas de financiamento do mercado de *euromonedas* ficaram ainda mais atraentes, momento em que as agências multilaterais passaram a motivar os Estados nacionais a criar condições para facilitar a tomada de empréstimos pelas empresas multinacionais que procuravam alternativas de investimentos nas chamadas *nações subdesenvolvidas*. Um dos principais instrumentos utilizados para isso foi a manutenção de um diferencial das taxas de juros administradas por cada Estado nacional dependente, em relação àquelas praticadas nos mercados de crédito centralizados, sediados em Londres e em Nova York.

O principal argumento das agências multilaterais era a *necessidade de poupança externa* para garantir o crescimento industrial das nações subdesenvolvidas a partir de investimentos

associados ao capital estrangeiro. Posição comprada facilmente pelos governos ditatoriais da América Latina, por exemplo, ávidos por resultados econômicos, para legitimar politicamente seus projetos autoritários. Entretanto os instrumentos de atração dos chamados *investimentos multinacionais* acabaram se revelando como novos mecanismos para a especulação, na medida em que as nações dependentes cada vez mais foram sendo capturadas na armadilha do endividamento externo, produzindo ainda mais oportunidades para as apostas sobre as cotações futuras das taxas de juros internas a cada país.

Por trás das justificativas oficiais ficavam embutidos pelo menos dois movimentos do grande capital em busca de alternativas de acumulação em plena crise mundial naquele momento. De um lado, a abertura de fronteiras para uma relativa diversificação industrial, em regiões onde poderia aproveitar menores custos com força de trabalho e com extração e apropriação direta de matérias-primas estratégicas. Tal perspectiva combinava a oportunidade de postergar a depreciação imediata dos meios de produção superados pelo avanço tecnológico em curso nas grandes potências imperialistas, transferindo para os mercados dependentes máquinas e equipamentos ultrapassados, como forma de ampliar a sobrevivência dos antigos investimentos na indústria de meios de consumo duráveis.

Por outro lado, o grande capital colocou em marcha a imposição de novas formas de endividamento estatal, como forma de geração de oportunidades para a apropriação de parcelas dos impostos, via juros e encargos, bem como para a acumulação fictícia de capital, a partir da especulação com títulos públicos. Condições favoráveis à tomada de empréstimos no euromercado passaram a atrair interesses por essa opção de financiamento, abrindo, assim, oportunidades de crédito para aqueles países escolhidos como refúgio para as táticas competitivas dos grandes conglomerados econômicos.

#### A montagem da nova armadilha da dívida

Boa parte dos dólares atraídos via empréstimos externos das nações subdesenvolvidas estiveram muito mais vinculados ao aproveitamento privado do diferencial de taxas de juros internas e externas do que propriamente como forma de financiamento de novos investimentos diretos estrangeiros (CRUZ, 1984). Isso significa que os empréstimos externos eram efetuados pelas grandes empresas exportadoras, em sua maioria associadas ao capital multinacional, que os repassavam aos governos nacionais em troca de títulos da dívida interna. Essa foi a forma encontrada para financiar os contínuos desequilíbrios na Balança Comercial e na Balança de Serviços, originados, inclusive, pela dependência da importação adicional de tecnologia, de meios de produção

e de meios de consumo não produzidos internamente.

A formação de reservas de divisas passou a ser, assim, muito mais importante do que o financiamento de novos investimentos. Isso ficaria cada vez mais nítido, na medida em que as dívidas cresciam e com ela os custos com sua administração, o que envolvia, inclusive, a imposição da necessidade de reservas adicionais de divisas como forma de reduzir os riscos de reprodução do modelo proposto: a captura das economias dependentes na armadilha do endividamento.

Tudo isso resultava de um contexto internacional conturbado por novas disputas entre as grandes potências imperialistas consequentes de uma crise de grandes proporções com raízes na superprodução de capital. Isso significa que se tratava de um momento em que o grande capital, depois do *boom* do período da reconstrução, voltava a ter graves problemas de reprodução ampliada em seu processo de acumulação. Considerando dessa forma, podemos dizer que os chamados *Choques do Petróleo*, dos anos 1973 e 1979, devem ser entendidos apenas como elementos de aprofundamento da crise mundial capitalista e não como a crise em si, pois, ao elevar abruptamente os preços do petróleo, a Opep

efetivamente contribuiu para aceleração da inflação em escala mundial, elevando ainda mais o grau das tensões econômicas internacionais.

A contínua desvalorização do dólar, como meio de mantê-lo como moeda mundial, após a implosão dos acordos de Bretton Woods, acirrava ainda mais aquelas ásperas relações. Com isso, no final daquela década, pareciam estar esgotados todos os instrumentos de manutenção do poder dos EUA ante a contestação das demais potências imperialistas. Tal debilidade exigiu uma posição mais rígida do banco central estadunidense na promoção do padrão monetário internacional, mesmo sob o risco político de promoção de uma recessão em nível mundial.

A reviravolta viria, novamente, com medidas unilaterais, a partir de uma política cambial voltada para a revalorização do dólar, combinada com a elevação abrupta das taxas de juros pelo FED. Dessa forma, o mundo capitalista passou a ser orientado pela chamada *doutrina Volcker*,<sup>6</sup> cuja principal consequência para os países devedores foi o estancamento dos fluxos de empréstimos internacionais, no mesmo instante em que começavam a vencer os prazos de carência para o pagamento de juros e para a amortização das parcelas do principal das dívidas contraídas anteriormente.

<sup>6</sup> Alusão ao novo presidente do FED, Paul Adolph Volcker, durante os governos Carter e Reagan.

Essa combinação da elevação das taxas de juros no mesmo momento em que ocorria a desvalorização das moedas nacionais em relação ao dólar estadunidense revelaria uma face ainda mais cruel da armadilha de endividamento das nações dependentes. Os contratos de empréstimos internacionais realizados na virada para os anos 1970, no momento em que vigoravam taxas de juros irrisórias, foram contraídos com base na modalidade de juros flutuantes (CRUZ, 1984). Isso significa que os juros devidos seriam cobrados com base nas taxas que estivessem em vigor na data de vencimento dos títulos de dívida correspondentes. Além disso, boa parte desses empréstimos, contraídos por grandes empresas privadas, foram avaliados pelos respectivos Estados nacionais, muitos dos quais com garantia de cobertura oficial de possíveis desvalorizações cambiais.

### Resultado

Foi estatizado volume considerável dos títulos de dívida externa correspondentes aos empréstimos tomados por grandes empresas privadas, na virada para os anos 1970, devido às cláusulas de proteção cambial. Grandes desvalorizações no câmbio de moedas ocorreram no mesmo momento em que iniciava o vencimento dos prazos de carência de juros e do início da amortização, no início dos anos 1980. Com isso, passavam para a

responsabilidade estatal não apenas a crescente emissão de títulos de dívida interna, mas também a absorção dos títulos vencidos de dívida externa contraídos inicialmente por empresas privadas.

Esse modelo de transferência de responsabilidade pelos empréstimos internacionais impostos às nações dependentes ocorria em meio a um movimento muito mais audacioso dos governos estadunidenses a partir de então. O controle internacional dos mercados interbancários acabou criando novos instrumentos de cobertura dos crescentes déficits fiscais e do Balanço de Pagamento dos Estados Unidos, cujas políticas, monetária e cambial, passaram a orientar e/ou impor a retomada de políticas macroeconômicas de austeridade fiscal, formando o início de um novo alinhamento em nível mundial. Tratava-se de um nítido sinal de que os Estados Unidos conseguiam retomar o comando mundial de administração da crise econômica, reduzindo o poder de fogo das potências que ensaiaram as contestações do início dos anos 1970.

Cabe enfatizar que não se tratava apenas de administração eficiente de instrumentos de política macroeconômica *stricto sensu*. Todo esse esforço de recuperação do poder do dólar esteve assentado na elevação de investimentos armamentistas e de fortalecimento das bases militares dos Estados Unidos, em todo o mundo, num movimento iniciado pelo *Projeto*

*Guerra nas Estrelas*: produção de escudos antimísseis, entre outros. Uma vez mais os Estados Unidos promoviam a seu estilo uma demonstração de força bruta contra qualquer ameaça a seus interesses geopolíticos de dominação total.



### Nova diplomacia do dólar

- apropriação dos ganhos fictícios pela nova escalada da especulação em nível mundial;
- imposição de um alinhamento mundial na geração de superávits comerciais pelas demais nações, como forma de financiar os crescentes déficits estadunidenses, atraindo as reservas cambiais em dólares da maioria das nações por meio da política de juros dos bônus do Tesouro dos EUA;
- controle sobre a renegociação das dívidas externas das nações dependentes, impondo perdas na transferência líquida de riquezas, na forma de mercadorias e de dólares (aluguéis de equipamentos,

royalties, juros, lucros e dividendos, entre outros).

Em nível internacional, ocorria nos anos 1980 grandes alterações no campo geopolítico. A União Soviética mostrava sinais ainda mais nítidos de desestruturação, ao mesmo tempo em que o governo americano de Ronald Regan procurava demonstrar sua superioridade ao mundo capitalista. Um rápido e espetacular salto tecnológico propiciava o avanço de uma reestruturação produtiva sem precedentes nos mercados dinâmicos do capitalismo internacional, enquanto se multiplicavam ainda mais as oportunidades de aplicações especulativas, cujas transações passavam a constituir estoques contábeis de grande monta.

A política de retomada do *dólar forte criou*, então, dois movimentos combinados. Um grande volume de dólares foi realocado para a expansão da economia dos EUA e dos chamados tigres asiáticos. Enquanto isso, o conjunto de países latino-americanos passou a experimentar o início de uma longa onda de estagnação e de punção econômica, transferindo uma massa de riquezas ao exterior na forma direta de mercadorias, mas também na modalidade de parcelas crescentes de juros e amortizações da dívida externa, agravando as condições de distribuição de riquezas internamente.

A moratória do México, no início dos anos 1980, foi um exemplo marcante de uma

crise de inadimplência que se avolumava. A crise fiscal passava a marcar profundamente a grande maioria das economias capitalistas, forçando medidas de impacto, na defesa da continuidade do processo de acumulação. A saída encontrada por diversos governos foi a implantação de medidas de caráter neoliberal, como a privatização de empresas e o corte de serviços sob o controle governamental. Mas, presos à armadilha especulativa, o controle do *deficit* nas contas públicas se mostrava uma tarefa impossível.

As dificuldades dos países dependentes em cumprir com os compromissos assumidos oficialmente com credores internacionais levaram a imposição de uma série de medidas adicionais intermediadas pelas agências multilaterais, tais como: a abertura e a desregulamentação dos fluxos de comércio, de crédito e de especulação; o aprofundamento da internacionalização da economia com o aumento das vantagens para o ingresso de capitais estrangeiros para um intenso processo de fusões e aquisições; a adoção de um regime de regulação econômica dirigida diretamente pelas grandes



empresas comerciais, industriais e especulativas, a partir de agentes devidamente escolhidos para a execução de políticas macroeconômicas.

Com isso, aos poucos foram construindo uma nova etapa de integração internacional dos mercados. Criaram-se novas modalidades de subordinação, numa nova divisão internacional do trabalho, em que às nações dependentes caberia a função de produzir enormes superávits comerciais, voltados para o pagamento de juros e para outras formas de transferência de riquezas derivadas da armadilha do endividamento. A punção de riquezas na forma de juros e encargos da dívida passou a impedir o aproveitamento interno dos saldos de exportação e a estagnação passou a se reproduzir continuamente, mas com um agravante: o avanço da *inflação* como consequência da especialização exportadora.

Interessante notar que isso ocorria sob forte apelo ideológico legitimado por mudanças qualitativas promovidas por competição acirrada entre as economias mais avançadas industrialmente. Nos mercados internacionais ocorria uma verdadeira alteração na base tecnológica, em plena difusão da reestruturação produtiva e da reorganização mundial das grandes empresas. A fragmentação dos processos produtivos, por várias regiões do mundo, passaria a marcar definitivamente o período de assimilação do ideário da chamada *globalização*.

Entretanto, enquanto essa corrida tecnológica estava em pleno desenvolvimento nas economias centrais, os governos tidos como devedores se enredavam ainda mais na armadilha especulativa, agora fomentada pela inflação, o que retém as agendas governamentais na gestão de medidas convencionais de estabilização monetária, uma marca fundamental dos anos 1980.

#### 1.4 A (re)especialização produtiva e as políticas de integração da AL e Caribe

A fragilidade das economias tidas como *devedoras* e a crescente instabilidade política daí derivada passaram a preocupar o comando imperialista. De um lado, uma saída encontrada para a redução dos riscos elevados de moratórias unilaterais das dívidas foi a criação de instrumentos para a securitização dos títulos de dívidas internacionais. Foram incrementados, assim, os chamados mercados secundários para a comercialização desses títulos, proporcionando imediatamente a profusão de uma série de novos produtos especulativos (derivativos) vinculados aos compromissos primários de dívida, negociados em mercado aberto.



De outro lado, após uma década de grandes transtornos nas ineficazes tentativas de controle das altas taxas inflacionárias, particularmente no caso da América Latina, o governo dos Estados Unidos e as agências multilaterais de financiamento trataram de conceber e propor modelos de estabilização monetária mais arrojados. As economias latino-americanas passaram, assim, a se adequar internamente a um modelo macroeconômico baseado no tripé constituído pela abertura comercial, pela desregulação dos mercados financeiros e pela privatização de empresas e serviços públicos.

Segundo esse modelo, a estabilidade das moedas locais passaria pela supervalorização fictícia do câmbio e pela manutenção de um relativo diferencial entre as taxas de juros internas e as praticadas nos mercados internacionais. Assim, seriam atraídos os recursos exigidos pela necessidade de financiamento das importações e demais despesas financeiras, bem como pela exigência do modelo de manutenção de um volume substantivo de *reservas internacionais* que garantiria a paridade da moeda local frente ao dólar estadunidense.

O resultado do controle inflacionário foi imediato. Mas tais políticas de estabilização aumentaram a vulnerabilidade externa das economias latino-americanas, que passaram a depender cada vez mais de um fluxo contínuo de recursos estrangeiros de curto prazo, acelerando o

passivo externo alimentado pelos especuladores internacionais. A manutenção de patamares elevados de taxas de juros colocou ainda mais obstáculos à tão propagada retomada do desenvolvimento, impondo mais um atraso relativo dessas economias frente à corrida tecnológica em curso.

#### Reservas internacionais

A maioria dos países procuram acumular saldos positivos nas transações econômicas com o exterior e guardam as sobras de *divisas* como reservas cambiais. Como o dólar dos Estados Unidos da América (EUA), desde o final da Segunda Grande Guerra, tem exercido o papel de moeda mundial, a maioria dos demais países procura manter uma quantidade razoável dessa moeda em reserva, como forma de garantir seu poder de compra em nível internacional, mesmo nos momentos de aperto. Por isso, a maior parte das divisas internacionais, da maioria dos países, são convertidas em dólar estadunidense.

Muitos países também mantêm reservas em moedas estrangeiras diferentes do dólar e, alguns deles, quando podem, preferem manter parte de suas reservas em ouro, buscando maior proteção.

No entanto não é aconselhável que grandes volumes de dólares fiquem guardados nos cofres dos respectivos países, entesourados, sem qualquer aplicação. Por isso, grande parte das nações opta por



aplicar suas respectivas reservas cambiais em títulos do Tesouro dos EUA, evitando a corrosão inflacionária do dólar e procurando algum retorno adicional pelo referido empréstimo. Assim, a maioria das demais nações acaba financiando a economia dos EUA, na medida em que elas aplicam boa parte de suas divisas internacionais exatamente na fonte emissora do dólar.

A contínua transferência de dólares ao exterior, na forma de juros e encargos da dívida externa, lucros e dividendos, importações etc., torna os países subdesenvolvidos muito mais frágeis e dependentes da entrada de dólares via empréstimos. Além disso, o grau de vulnerabilidade externa diante da especulação se eleva cada vez mais, mantendo essas nações em constante ameaça de não conseguir honrar com seus compromissos com o exterior. Por isso, os bancos que emprestam dólares em nível internacional exigem maiores garantias; e uma delas é a manutenção de um alto volume de reservas cambiais, usando, inclusive, agências de classificação de risco para

pressionar com o rebaixamento da posição de países mais frágeis nas categorias de crédito.

Assim, além de garantia de proteção para os momentos de dificuldades, as reservas em dólar das nações latino-americanas passaram a ser uma das âncoras fundamentais da economia desde a adesão ao *Consenso de Washington*, não somente para serem usadas no controle das taxas de câmbio, mas, principalmente, como uma exigência das agências de classificação de risco de alguma moratória.

Como a remessa de dólares ao exterior de muitas dessas nações há muito excede a entrada de divisas, suas reservas internacionais são formadas a partir de um maior endividamento, o que só as enreda ainda mais na armadilha especulativa, na qual elas foram capturadas pela mágica dos planos de estabilização monetária dos anos 1990, que buscaram atrelar as moedas nacionais ao dólar.

Assim, os anos 1990 foram marcados pela adesão da maioria dos governos latino-americanos ao chamado *Consenso de*



*Washington*<sup>7</sup>. De um modo geral, com a justificativa de controle da inflação a partir de políticas de liberalização econômica, os acordos multilaterais articulados a partir de então trataram de estabelecer uma nova divisão internacional do trabalho, impondo uma rígida (re)especialização produtiva à região, no bojo de uma intensa abertura comercial.

O lema *exportar ou morrer* ganhou nova expressão a ser perseguida na combinação de movimentos de liberalização com integração regional alinhada aos interesses estadunidenses. O esforço da chamada integração competitiva foi imposto pela necessidade de controle dos

movimentos do capital pelas potências imperialistas, mas não poderia aparecer como tal, a fim de legitimar politicamente suas consequências para a manutenção da hierarquia de subordinações que os acordos impunham, especialmente com a especialização na produção de commodities.



<sup>7</sup> O Consenso de Washington foi um movimento de um grupo de economistas de diversos países que, motivados pelas agências Multilaterais (BIRD, FMI etc.), formulou um modelo de estabilização monetária, no final dos anos 1980, cuja base era a paridade fixa das moedas nacionais dos países endividados ao dólar dos Estados Unidos. O modelo exigia a abertura comercial às importações e o endividamento público para o acúmulo de reservas em dólares. Como consequência, a orientação era adotar medidas de ajuste fiscal, privatização de empresas e serviços estatais e a desregulação dos fluxos de capital. Na verdade, estava em marcha uma nova divisão internacional do trabalho, com a imposição imperialista de um novo estágio de especialização produtiva para as nações dependentes.

## A DÍVIDA PARA ALÉM DOS NÚMEROS

A dívida, especialmente a dívida pública, deve ser entendida atualmente como um processo de geração de riqueza fictícia. Na medida em que cresce o volume da riqueza fictícia, cresce também o poder de comando da especulação sobre as decisões políticas e econômicas em nível mundial. Decisões que envolvem, inclusive, as relações de trabalho e o uso intensivos de matérias-primas com grave devastação ambiental. Essa pressão aumenta na medida em que operadores do mercado especulativo procuram individualmente converter parcela da riqueza fictícia sob seu comando em riqueza real, a partir da aquisição de terras e de unidades produtivas por meio da abertura de fundos de participação privada, alterando a estrutura econômica e as formas de decisão sobre a produção e os novos investimentos.

As operações especulativas são abastecidas continuamente pelas dívidas públicas das mais diversas nações. Os juros crescentes são pagos com parcelas significativas dos impostos cobrados direta e indiretamente, especialmente das camadas assalariadas. Mas, com o crescimento

acelerado da dívida, os Estados Nacionais não conseguem pagar a totalidade dos juros e muito menos as parcelas de amortização. Com isso, são forçados a renegociar os parâmetros da dívida, abrindo mão da soberania de decidir sobre os destinos do parque produtivo e sobre o uso do patrimônio natural de seu país, garantindo às potências imperialistas o poder de optar pela melhor forma de transferência de riquezas sem qualquer contrapartida real.

### 2.1 A perda de soberania sobre as decisões mais relevantes

O atrelamento das moedas nacionais ao dólar estadunidense, o aprofundamento da abertura às importações, a desregulação dos fluxos de capital e o ajuste fiscal, que incluía as privatizações de empresas e serviços públicos, foram medidas conectadas a um novo momento do modelo de desenvolvimento dependente. Como visto, a ancoragem cambial e de abertura comercial exigia, inicialmente, a atração de dólares para a formação de reservas e para cobrir as despesas com importações, via investimento direto estrangeiro e via endividamento externo,

<sup>8</sup> Como visto, a manutenção de altas taxas de juros internamente, ao contrário do discurso da necessidade de controle da inflação, na verdade criava (e continuou criando) um diferencial em relação às taxas cobradas internacionalmente nos empréstimos em dólares. Essa diferença de taxas de juros servia para estimular as empresas aqui instaladas (nacionais e estrangeiras) a tomar empréstimos externos para emprestar ao Banco Central do Brasil, que passou a operar com as taxas de juros mais elevadas do mundo. Esse é um dos mecanismos primários de conversão de dívida externa em dívida interna.



que se converteria em endividamento interno.<sup>8</sup> As privatizações de empresas e serviços públicos serviriam nos dois sentidos dentro do modelo proposto: atrair investimento estrangeiro com a venda do patrimônio estatal e, ao mesmo tempo, financiar parcialmente as despesas que cresceriam bastante com a explosão da dívida pública.

A elevação abrupta da dívida pública em muitos países dependentes era uma demonstração evidente de que a política de privatizações não obteve os resultados divulgados como justificativa para sua realização. Muito pelo contrário, na medida em que a alienação do patrimônio estatal estava vinculada a um nítido processo de sua desnacionalização, a armadilha

do endividamento logo se revelaria ainda mais perversa, como pode-se perceber atualmente.

A adequação às recomendações das agências multilaterais (FMI, Banco Mundial etc.) torna ainda mais rigorosa, de um lado, a austeridade fiscal e a manutenção das diretrizes de privatização gradativa do restante das empresas estatais e dos serviços públicos, em várias modalidades. De outro lado, significou colocar em marcha um realinhamento das economias dos países dependentes na nova divisão internacional do trabalho, rebaixando ainda mais sua posição histórica em termos qualitativos, sob a batuta da flexibilização exigida pelo domínio da especulação parasitária sobre as decisões econômicas em escala mundial. Vale a pena separar esses dois movimentos (rigor fiscal e flexibilização seletiva das relações de produção) para perceber melhor o novo grau da subalternidade resultante de sua combinação no longo prazo.

Isso fica explícito a partir da recuperação de algumas das medidas de política econômica colocadas em prática pela maioria dos governantes latino-americanos desde o início do século XXI, com a denominação *novos marcos institucionais*: flexibilidade na legislação trabalhista e na política de proteção ambiental; liberação do controle das terras ocupadas secularmente pelas comunidades tradicionais, maior regressividade na política tributária e maior permissividade com a

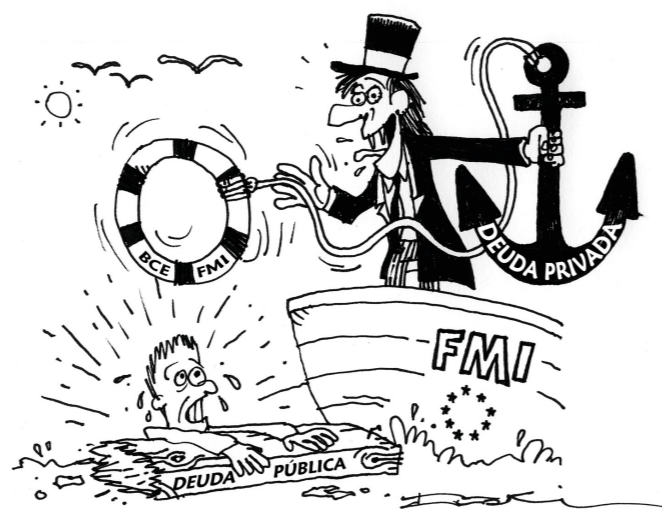
soneração fiscal das grandes empresas, renúncia fiscal em favor do capital acionário por várias modalidades, linhas de crédito subsidiadas, entre outras.

Como já foi observado, a contínua transferência de riquezas reais para o exterior, na forma de minerais, placas de aço, soja, celulose e carnes, por exemplo, flui sem grandes contrapartidas monetárias para as nações onde essas grandes empresas operam. As divisas resultantes de exportações não são suficientes para cobrir as despesas com importações, com o pagamento de juros e com a remessa de lucros e dividendos para o exterior.

O resultado tem sido uma exacerbação da perda de soberania na mesma medida em que ocorre uma maior desnacionalização do parque produtivo interno. Desde o início da adesão dos governos latino-americanos ao Consenso de Washington, ficou cada vez mais evidente a correspondência entre privatizar e desnacionalizar. Entretanto, isso não significa apenas a transferência de direitos patrimoniais sobre o parque industrial para as sedes dos grandes conglomerados imperialistas. Trata-se, significativamente, da transferência dos centros de decisões das empresas e, conseqüentemente, da perda de soberania sobre as opções de investimento, reproduzindo em escala ainda mais ampliada a especialização produtiva e tecnológica voltada para a exportação

de produtos primários e semielaborados.

Por outro lado, percebe-se que durante um determinado momento foi possível aos países dependentes acumular superávits fiscais, permitindo renegociar a dívida interna e externa, sem grandes perturbações. Mas, com o acirramento da armadilha do endividamento, mesmo depois de todos os cortes orçamentários colocados em prática, tem sido comum um intenso crescimento do déficit primário do orçamento fiscal, tornando o modelo totalmente insustentável, o que vem pressionando as autoridades das nações dependentes a acelerar ainda mais a venda de patrimônio estatal restante. O resultado tem sido uma crescente e explícita subalternidade aos interesses do grande capital imperialista.



## 2.2 Degradação ambiental vinculada à oportunidade de grandes negócios

As agências multilaterais (FMI, Banco Mundial etc.) promovem a ideia de uma *questão ambiental* como efeito colateral de um inexorável progresso da humanidade. Dessa forma, caberia aos governantes a gestão de meios técnicos para simplesmente mitigar os impactos do desenvolvimento.

Apesar desse esforço discursivo, são evidentes as ameaças de um colapso ambiental de grandes proporções em nível mundial. Cúpulas internacionais se reproduzem, com o argumento da necessidade de uma aliança entre empresas e governantes, para a redução das emissões de poluentes e para conter o desmatamento. No entanto, após várias edições das tais conferências mundiais sobre mudanças atmosféricas e climáticas, pouca coisa tem sido efetivamente colocada em prática e isso tem motivos bastante evidentes. Por exemplo, na Rio+20, realizada em 2012, no Brasil, foi possível observar que, diante das dificuldades de um rigor mais intensivo no controle das emissões de poluentes, acabaram criando novos processos de mercantilização da natureza, criando uma série de programas denominados de *pagamento por serviços ambientais* (PSA).



Isso significa que, para não contrariar os interesses do grande capital, optaram por não controlar a poluição diretamente nas fontes emissoras. No lugar disso, considerando os apelos das grandes potências industriais, acabaram criando instrumentos mercantilizados chamados de *compensação de danos*.

A proposta mais avançada tem sido criar formas sofisticadas de quantificar, em termos de preços de mercado, tanto a emissão de poluentes quanto a *prestação de serviços ambientais*. Com isso, pretendiam abrir a oportunidade de uma troca de equivalentes entre seus responsáveis, que resultaria numa suposta compensação dos danos ambientais provocados por projetos de desenvolvimento.

De fato, o que resultou dessa ideia foi a criação de *novos produtos* para abastecer os mercados especulativos. Como sempre nesses casos, os eufemismos não tardaram e logo passou a circular a sugestão de uma *contabilidade verde*, a partir da qual empresas poluidoras pagariam por serviços ambientais prestados por outras empresas, ou por proprietários/as individuais, instalados em um ecossistema relativamente distante do projeto provocador de danos à natureza.

A crítica ao modelo aponta que a ideia de *pintar o PIB de verde* procura mostrar que o próprio mercado pode resolver os problemas ambientais que as empresas



causam à sociedade, sem intervenção do Estado. Dessa forma, a proposta de mercantilização da natureza busca criar produtos especulativos, com a denominação de *novos serviços ambientais*, procurando sugerir a possibilidade de autorregulação ou de regulação automática via leis do mercado, em substituição a todo o aparato legal de proteção do meio ambiente.

Com isso, uma grande mineradora poderia causar grande degradação ecológica, desde que participasse do tal *crescimento econômico verde*, pagando para que outras unidades de capital operassem *ações reparadoras*, inclusive em países bem distantes do fato gerador dos *títulos verdes*. Noutro exemplo, a proposta de *PSA compensatório* permite que as empresas promovam emissões de poluentes acima do que seria permitido pelos tratados internacionais, eliminando a possibilidade de multas e de outras sanções legais, a partir do conceito de *poluidor-pagador*.

#### Formulação do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)

A concepção tem por base que é possível isolar e mensurar quantidades de poluentes distintos emitidos para efeito de comparação em ecossistemas diversos. Assim, uma vez quantificáveis, seria possível compensar a emissão de SO<sub>2</sub> acima dos limites considerados razoáveis, em determinada região ou país, desde que houvesse uma redução equivalente de

outra fonte poluente, agora considerada equiparável, CO<sub>2</sub>, por exemplo, a partir de projetos criados em outros lugares com esse fim particular de *compensação*.

No caso específico do CO<sub>2</sub>, são sugeridos projetos de *compensação via fixação de carbono*, cuja principal formulação tem sido a monocultura de árvores voltadas para a produção de celulose, carvão vegetal etc. A publicidade nesses novos mercados sugere grandes vantagens, como, por exemplo, a redução de emissões pelo desmatamento ou pela degradação florestal, bem como a conservação ou aumento dos estoques de carbono a partir do manejo das plantações de árvores em regime de monocultura.

Como existe uma diversidade de características específicas em cada fonte poluente, surgem a cada momento novos produtos a serem comercializados no mercado



de *compensações*, incrementando instrumentos de especulação. O volume de fontes ambientalmente degradadoras passa a ser precificado a partir do grau de complexidade das devastações ecológicas envolvidas, implicando relações ainda mais complexas para os casos em que a instalação de grandes projetos industriais, ou de infraestrutura, implicam a destruição parcial ou total de florestas, áreas de manguezais ou mesmo grandes alterações nos cursos de rios, como foi o caso recente do rio Xingu, na Amazônia.

#### PSA e interesses do capital especulativo

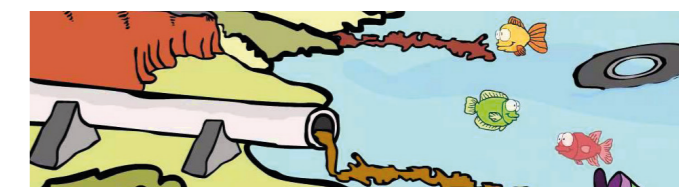
A proposta geral é supor a possibilidade de mensurar e comparar preços do volume de poluentes emitidos com a quantidade de emissões a serem reduzidas em projetos econômicos distintos. A mesma ideia é usada para os casos de mensuração do volume de biodiversidade devastada, comparando-o com o resultado de alguma forma de preservação em um outro ecossistema mercantilizado. A unidade de medida passível da tal compensação seria o preço de mercado.

Nos programas de PSA, a negociação dos preços das parcelas a serem pagas cabe às empresas envolvidas na certificação e nos projetos a serem comparados ao longo do período de existência dos projetos geradores dos tais serviços ambientais. Normalmente esses acordos são materializados em contratos de longo prazo,

gerando direitos a pagamentos no futuro. No atual estágio de evolução do domínio da especulação parasitária, grandes volumes de recebíveis por serviços ambientais passam a servir de base para a emissão de títulos derivativos, que constituem os produtos mais negociados nos mercados mundializados de apostas sobre taxas de câmbio e taxas de juros no futuro.

A mesma modalidade é usada na proposta de *cobrança pelo uso da água*. As grandes empresas usuárias de grandes volumes de água propõem se livrar dos instrumentos de controle, tidos como *muito rigorosos*. Assim, no lugar do planejamento estatal de longo prazo, sobre a preservação dos recursos hídricos, o debate neste caso também tem sido redirecionado para sua mercantilização, tendo em vistas especialmente os grandes reservatórios superficiais e subterrâneos.

Os programas em execução tratam de converter o uso comum da água em direito particular de outorga comercializável. Projetam, portanto, a centralização do comando sobre o direito de uso dos principais mananciais de superfície e, especialmente, sobre as águas subterrâneas que compõem os grandes e pequenos aquíferos em processo de apropriação cativa.



## Instrumentos operados

Uma das grandes marcas dessas novas modalidades de mercantilização da natureza tem sido a degeneração dos instrumentos de controle social sobre as várias modalidades de licenciamento ambiental. Estão convertendo os instrumentos como comitês de bacia, compostos com representação social, em escritórios particulares, cujos membros são remunerados para as atribuições de definição de diretrizes e para a fiscalização. Ao mesmo tempo, tem sido comum a cooptação de lideranças populares, por meio de projetos de captação de recursos, envolvendo-as nas instâncias de decisão e legitimação política.

Essa lógica desreguladora revela uma de suas faces mais cruéis no atual processo de degradação ambiental na Amazônia, por exemplo. Desde o início deste século, a região se reintegrou aos programas multilaterais de desenvolvimento, numa nova fase de expansão de grandes projetos industriais vinculados à mineração, à produção siderúrgica e à expansão da agropecuária exportadora (soja, monocultura de árvores para celulose e gado, por exemplo). Ao mesmo tempo vem surgindo pesados investimentos de infraestrutura, especialmente nos transportes e na geração de energia.

O fomento oficial ao controle privado das grandes empresas não se resume à instalação das plantas produtivas em si. Gradativamente o Estado vem retirando seus instrumentos da gestão ambiental e, inclusive, das relações diretas com as comunidades tradicionais imediatamente atingidas, desdobrando-se também incentivos de toda sorte à recuperação mercantil de territórios demarcados e anteriormente protegidos.

Ganhou grande espaço nas mídias ultimamente os consórcios de empresas que estão penetrando no interior da Amazônia com projetos de investimento de grandes dimensões, vinculando a produção de energia e as atividades de mineração (ver, por exemplo: Usina Hidrelétrica de Belo Monte e da mineradora Belo Sun). As drásticas alterações nos cursos de rios de grande porte combinam a construção de imensas barragens hidrelétricas e o aproveitamento dos antigos leitos hídricos em atividades de extração mineral, de metais preciosos tradicionais, mas também, com minerais estratégicos na competição mundial pelo uso de novas tecnologias



de informação, de comunicação e de armazenamento de energia.

Não são fatos isolados. São projetos industriais marcados por uma série incontrolada de **violações das normas ambientais e das prerrogativas das comunidades tradicionais** que viviam há séculos no território reocupado pelos novos empreendimentos e que estão sendo continuamente expulsas de suas terras e de suas formas tradicionais de vida. Constituem, por isso, em conjunto com outras experiências semelhantes, desde o México até a Patagônia, em símbolos maiores da prática cotidiana de expansão da violência voltada para a reprodução de formas primitivas de acumulação de capital em pleno século XXI.

A subalternidade aos interesses do grande capital se expressa, também, no completo abandono das comunidades tradicionais pelo aparato institucional do Estado, tendo, com isso, que se confrontar diretamente com a violência externa ao seu modo de vida (BRUM, 2014). Os governantes vão desativando os aparelhos estatais de proteção, sequer prestando serviços básicos de assistência às comunidades expulsas de seu território tradicional, permitindo que as próprias

empresas assumam funções de Estado durante o estágio de maturação dos projetos.



## A EVOLUÇÃO RECENTE DA ARMADILHA DO ENDIVIDAMENTO E SUAS REPERCUSSÕES SOCIOECONÔMICAS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

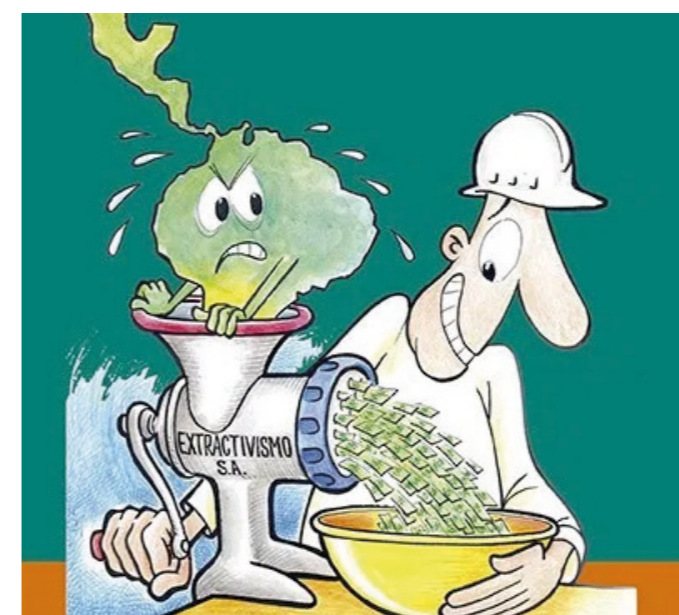
O período mais recente tem revelado inflexões substantivas na trajetória de administração da grave crise econômica mundial. Nas nações dependentes, a percepção é de esgotamento total do modelo proposto a partir do Consenso de Washington, na medida em que a gestão do endividamento foi travada pela inversão dos resultados fiscais, bem como pela perda ainda mais absoluta de sua soberania sobre a política macroeconômica e sobre as decisões de investimento.

Cabe recuperar que, durante a primeira década do século XXI, a economia mundial parecia impulsionada pela intensificação de sólidos investimentos em nações que não pertenciam ao chamado G-7.<sup>9</sup> Há algum tempo as agências multilaterais vinham articulando uma nova caracterização desses países que, segundo suas concepções, deixariam de ser marcados em nível internacional como nações *em desenvolvimento*, passando a ser tratadas pela alcunha de *economias emergentes*. Dentre estas, se destacavam cinco países, que passaram a ser denominados pelo acrônimo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), cujas articulações particulares do conjunto sugeriam galgar

algum grau de autonomia ante as imposições do G-7. Somente com o recrudescimento da crise econômica mundial, a partir de 2007, as agências multilaterais foram deixando de lado essas proposições, uma vez que foi se evidenciando o quanto de ilusão elas carregavam.

Sem dúvida, a grande surpresa desde o início desse processo foi o papel que passou a desempenhar em nível internacional a República Popular da China na virada para o século XXI. A combinação simultânea de um amplo processo de privatização seletiva com a formação de gigantescas empresas estatais em ramos estratégicos (produção metalúrgica, energética, de telecomunicações e indústria bélica) garantiu ao Estado chinês a promoção de reformas em seu parque produtivo e abertura da economia nacional ao exterior, mantendo sua soberania nas decisões econômicas fundamentais. Com isso, a China passou a se portar como importante concorrente internacional na exportação de capitais, a partir de suas megaempresas estatais e da formação de *joint ventures* com o capital estrangeiro, inclusive com grandes empresas dos Estados Unidos.

<sup>9</sup> Grupo de nações reconhecidas na segunda metade do século XX como as mais industrializadas no mundo: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, as quais centralizavam as grandes decisões econômicas internacionais até então.



Um exemplo dessa estratégia de transnacionalização produtiva pode ser observada na área energética. Desde 2002, surgiu a *State Grid Corporation of China*, a qual chegou a se responsabilizar pela produção e distribuição de energia elétrica em quase 90% do território chinês e, a partir dali, difundiu investimentos em vários outros países, inclusive na América Latina (TODESCHINI e RYDLEWSKI, 2012). Essa abordagem se desenvolveu em vários outros ramos produtivos, nos quais a China identificou oportunidades de solucionar entraves à sua crescente demanda por alimentos, petróleo e gás natural, minérios metálicos e não metálicos, produtos siderúrgicos, o que implicou em investimentos adicionais em infraestrutura de transportes, telecomunicações etc., fora de seu território. Toda essa nova investida internacional do Estado chinês também exigiu uma ampla operação na aquisição de terras, especialmente, no Sudeste Asiático, na África, na América Latina e no Caribe (NAKATANI, et. al., 2014).

A reação dos Estados Unidos a esses movimentos da China passou a ser muito mais intensa. O cerco militar estadunidense no Pacífico se apresentou de imediato, procurando enquadrar a China nos padrões de sua política externa, a qual teve o alinhamento da maioria das demais grandes potências após a *Guerra Fria* (ANDERSON, 2015). A partir dessas explícitas provocações, o Estado chinês procurou repactuar as relações com Moscou, por meio de acordos de cooperação política e militar, se opondo abertamente, por exemplo, às intervenções imperialistas no Oriente Médio em torno das disputas pelo controle da produção e da logística de transporte do petróleo, mas, também, na construção infraestrutural, explicitando a defesa de seus interesses na Ásia.

Desses novos pactos de cooperação entre a China e a Rússia resultaram os planos de construção de grandes *cinturões logísticos*. Os acordos envolveram projetos na perspectiva de constituição de uma *Nova Rota da Seda*, de integração da infraestrutura na Eurásia, bem como a abertura de novas rotas marítimas, particularmente no Pacífico, em concorrência aberta com os interesses dos Estados Unidos no Sudeste Asiático, na América Latina e no Caribe.

Dessa forma, a política externa da China passou a ter um conteúdo muito além da defesa nacional e envolveu também operações ousadas de cooperação econômica e tecnológica em nível mundial. Por meio de tratados

bilaterais, ao mesmo tempo em que se expandiram os investimentos diretos chineses, ocorreu também a possibilidade de alguma forma de diversificação produtiva nos países receptores, de transferência de tecnologia (especialmente infraestrutural) e de multiplicação de novas fontes de financiamento. Por um lado, isso pode resolver uma série de gargalos estruturais de acesso às fontes de insumos básicos pela China no longo prazo, mas, também, pode contribuir para a redução da dependência dessas nações (da Ásia, da África e da América Latina e Caribe) em relação às potências imperialistas (GOMES, 2016, p. 149).

Considerando isso, é possível reconhecer o esforço chinês em colocar em marcha o projeto de uma nação unificada e soberana, após mais de um século de resistência à invasão imperialista. No entanto, também tem sido evidente as consequências de sua opção pelo uso de paradigmas tecnológicos e de expansão de suas

relações econômicas com o exterior, em muitos aspectos semelhantes ao padrão estabelecido pelos Estados Unidos desde a segunda metade do século XX, mesmo que seja possível observar elementos importantes de diferenciação.

De um lado, tem sido flagrante que a própria manutenção do dólar como moeda mundial se deve em muito ao grande volume de reservas cambiais chinesas aplicadas em bônus do Tesouro dos Estados Unidos, o que constitui um suporte significativo no financiamento dos contínuos déficits no balanço de pagamentos estadunidense. Considerando que 60% das reservas cambiais chinesas, aproximadamente, são mantidas em dólares e que a China tem sido a campeã na acumulação de reservas cambiais em todo o mundo, é possível perceber como ela tem sido importante no financiamento da economia dos Estados Unidos nos últimos tempos (NAKATANI e GOMES, 2019).

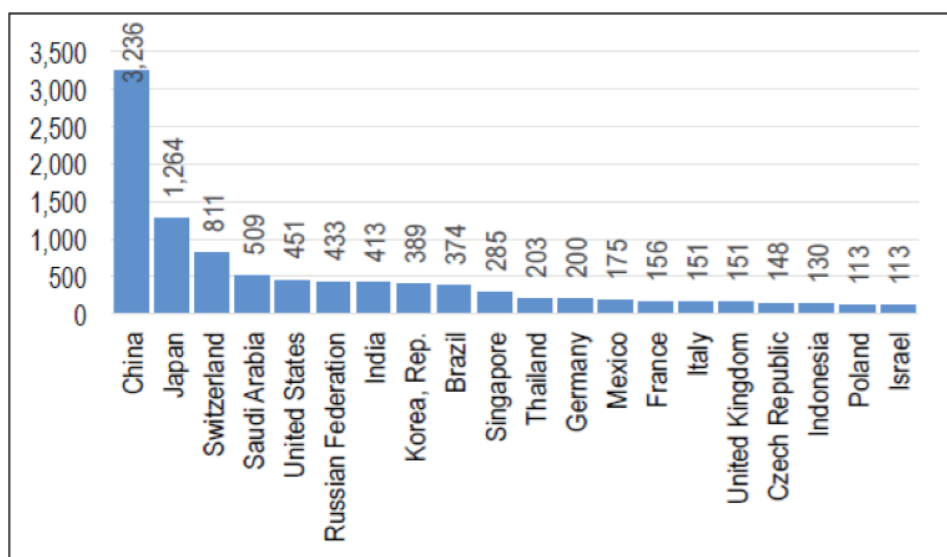


Gráfico 1 – Reservas internacionais de países selecionados

Fonte: NAKATANI; GOMES (2019, p. 201).

De outro lado, é preciso atentar para a qualidade da exportação de capitais a partir da China para os países da América Latina e para o Caribe, bem como para seus impactos econômicos e socioambientais.

Los préstamos a América Latina son en su mayoría proyectos energéticos (69%), donde destacan hidroeléctricas en Ecuador, el parque solar en Jujuy y producción de petróleo en Brasil y Venezuela. De igual forma hay préstamos para infraestructura (18%), otros (11%) y minería (1%). El segundo rubro con más financiamiento, infraestructura, se refiere a la construcción de puentes y carreteras en toda la región para la comunicación y el movimiento de productos chinos importados y materias primas para exportación. El proyecto de conexión de ciudades y puertos es parte de la Nueva Ruta de la Seda que el presidente Xi Jinping, en la II reunión ministerial del Foro China-CELAC, mencionó. "Vamos a plasmar un nuevo plan maestro de la construcción conjunta de la Franja y la Ruta y forjar una ruta de cooperación transpacífica",

dijo. Hay que tener presente los daños ambientales que el proyecto puede generar en América Latina y los movimientos sociales a raíz de esto (UGARTECHE e LEÓN, 2020).<sup>10</sup>

A evolução dessas linhas de financiamento ocorreu concomitantemente ao malogro dos planos de uma nova *inserção competitiva* das chamadas *economias emergentes* em nível internacional, a partir de arranjos continentais, orquestrados pelas agências multilaterais, como o *Plano Puebla Panamá* (PPP) e o plano de *Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul* (IIRSA), na perspectiva de elevar os Investimentos Diretos Estrangeiros (IED) por meio da identificação de *Eixos de Integração*.

Ugarteche e León (2020) apresentam os seguintes dados sobre o volume de empréstimos chineses voltados para a região no período recente, diretamente vinculados a projetos de produção energética, infraestrutura de transportes, entre outros.

Exemplo flagrante de impacto

<sup>10</sup> Os empréstimos para a América Latina são principalmente para projetos de energia (69%), com destaque para hidroelétricas no Equador, o parque solar em Jujuy e a produção de petróleo no Brasil e na Venezuela. Há também empréstimos para infra-estrutura (18%), outros (11%) e mineração (1%). O segundo item mais financiado, infra-estrutura, refere-se à construção de pontes e estradas em toda a região para a comunicação e a movimentação de produtos chineses importados e matérias-primas para exportação. O projeto de conectar cidades e portos é parte da Nova Rota da Seda que o Presidente Xi Jinping mencionou na II Reunião Ministerial China-CELAC. "Moldaremos um novo plano diretor para a construção conjunta da Faixa e da Rota e forjaremos uma rota de cooperação trans-Pacífico", disse. Devemos ter em mente os danos ambientais que o projeto pode gerar na América Latina e os movimentos sociais como resultado disso (tradução nossa).

Tabela 1 – Empréstimos chineses à países da América Latina e Caribe

Préstamos chinos para América Latina por país (millones de dólares)		
PAÍS	CANTIDAD	PORCENTAJE
Venezuela	\$ 67,200.00	47.60%
Brasil	\$ 28,900.00	20.47%
Ecuador	\$ 18,400.00	13.03%
Argentina	\$ 16,900.00	11.97%
Trinidad y Tobago	\$ 2,600.00	1.84%
Bolivia	\$ 2,500.00	1.77%
Jamaica	\$ 2,100.00	1.49%
México	\$ 1,000.00	0.71%
República Dominicana	\$ 600.00	0.42%
Costa Rica	\$ 395.00	0.28%
Cuba	\$ 240.00	0.17%
Guayana	\$ 175.00	0.12%
Barbados	\$ 170.00	0.12%
Total	\$ 141,180.00	100%

Fuente: obela.org; con datos de Gallagher, Kevin P. and Margaret Myers (2018) "China-Latin America Finance Database," Washington: Inter-American Dialogue.

Fonte: Ugarteche e León (2020).

socioambiental dos acordos da China na América Latina tem sido o caso do Equador que, após uma solução parcial de sua captura pela armadilha do endividamento internacional, fechou acordos de cooperação envolvendo a produção mineral em seu território.

En marzo del 2012, Correa firmó el primer contrato de explotación de minería industrial en el Ecuador con la empresa china ECSA, el proyecto Mirador, que se ubica en la Cordillera del Cóndor, sitio de alta biodiversidad y

<sup>11</sup> Em março de 2012, Correa assinou o primeiro contrato de mineração industrial no Equador com a empresa chinesa ECSA, o projeto Mirador, que está localizado na Cordillera del Condor, um local de alta biodiversidade e território do povo Shuar. O projeto Mirador fica na província de Zamora Chinchipe e está sendo operado pela empresa Ecuacorriente, uma subsidiária da China Rail Way Construction Co. Ltda e Tongling Nonferrous Metal Group Holding, onde se espera obter 300.000 mt de concentrado de cobre por ano. A extração do metal será através de um poço aberto de 1,5 km de diâmetro e

territorio del pueblo Shuar.

El proyecto Mirador está ubicado en la provincia de Zamora Chinchipe y está siendo explotado por la empresa Ecuacorriente, filial de las empresas China Rail Way Construction Co. Ltda y Tongling Nonferrous metals Group Holding, donde se prevé obtener 300.000 tm anuales de concentrado de cobre. La extracción del metal se hará mediante tajo a cielo abierto de 1,5 km de diámetro y aproximadamente 1.000 metros de profundidad.

Este proyecto ha provocado una alta conflictividad por el violento desalojo de la población de la Parroquia de Tundayme, el asesinato de José Tendencia líder antiminerero del pueblo Shuar. Las familias indígenas y campesinas de la zona de influencia han sufrido la destrucción de sus fincas y cultivos y la pesca en los ríos contaminados.

Los movimientos de tierra por la construcción de carreteras y más obras para este proyecto han provocado deforestación y contaminación de las aguas de los ríos circundantes: Kiim, Wawaime, Tundayme afectando la vida acuática (ACCIÓN ECOLÓGICA 2019).<sup>11</sup>



As contradições desse novo movimento de contestação do poder exercido pelos Estados Unidos em nível internacional, a partir dos acordos Beijing-Moscou, parecem ter ficado mais evidentes com os resultados do agravamento da crise econômica mundial. Após décadas de crescimento econômico com taxas médias em torno de 10% ao ano, a China passou a experimentar uma relativa desaceleração desde 2010, operando com taxas anuais entre 7% e 6% entre 2014 e 2019. É certo que ainda são taxas expressivas, considerando que se mantêm bem acima da média de crescimento mundial, mas essa relativa redução foi suficiente para contrair a demanda mundial por *commodities*<sup>12</sup> com grandes consequências para os países dependentes.

aproximadamente 1.000 metros de profundidade. Este projeto tem provocado intensos conflitos devido ao violento despejo da população da Paróquia de Tundayme, ao assassinato de José Tendencia, líder anti-mineração do povo Shuar. As famílias indígenas e camponesas da área de influência sofreram a destruição de suas fazendas e plantações e da pesca pela contaminação de rios. Os movimentos de terra para a construção de estradas e mais obras para este projeto têm causado desmatamento e contaminação das águas dos rios vizinhos: Kiim, Wawaime, Tundayme, afetando a vida aquática (tradução nossa).

<sup>12</sup> Commodities são mercadorias, geralmente primárias ou semielaboradas, transacionadas em nível mundial, a partir de acordos na Organização Mundial do Comércio (OMC) pela padronização das técnicas de fabricação e da tecnologia de produto.

Assim, a crise econômica mundial acabou revelando problemas estruturais escondidos por trás da cantilena que forçavam converter artificialmente nações subdesenvolvidas em *economias emergentes*. Por isso, inclusive, ao contrário dos resultados das iniciativas chinesas e da posição privilegiada da Rússia, as demais nações que procuraram compor pactos a partir do BRICS amargaram resultados nada animadores no período recente, especialmente após o arrefecimento do boom da demanda da China por produtos básicos.

### 3.1 A América Latina e o Caribe

Mesmo com a ascensão de governos progressistas na América Latina desde o início do século XXI, a exacerbação da armadilha do endividamento e a consequente elevação do grau de especialização produtiva ficaram evidentes. Vale a pena observar como que, ao longo do período recente, diferente dos discursos oficiais em torno da necessidade de austeridade fiscal como a única solução para os problemas econômicos, a contínua conversão de dívida externa privada em dívida pública

interna acabou travando a capacidade de gestão macroeconômica de muito dos países do continente.

Vejamos esses processos mais de perto em relação a alguns países selecionados. O objetivo é percebermos como a armadilha da dívida está imbricada com uma série de relações macroeconômicas, envolvendo a reprodução de problemas fiscais crônicos internos a cada país, ao mesmo tempo em que são impostos novos patamares de subalternização de seus parques produtivos, em intenso processo de especialização na exportação de produtos primários e semielaborados, o qual provoca sérios reflexos em seus respectivos **balanços de pagamentos**. A solução desses graves problemas normalmente envolve a busca por maior endividamento, externo e interno, alimentando a armadilha da dívida.

### O Balanço de Pagamentos e suas contas principais

As relações econômicas de cada país com o exterior normalmente envolvem a entrada e a saída de dólares. A fim de registrar os pagamentos e recebimentos, os governos possuem um sistema de contabilidade específico, conhecido como *Balanço de Pagamentos*.

Assim, para facilitar a identificação das razões que motivam a entrada e a saída de dólares em cada país, criou-se um

esquema que agrupa esses movimentos de moedas em contas bem simples de entender. É como se o governo tivesse uma caderneta, na qual ele anotasse separadamente todas as receitas e despesas das transações do seu país com o exterior, marcando os motivos de cada pagamento e recebimento de dólares.

### A Conta de Transações Correntes

As entradas e saídas de dólares resultantes de operações do comércio de mercadorias e da prestação de serviços com o exterior são registradas numa conta específica, chamada *Transações Correntes*. Mas esses registros são efetuados separadamente, para identificar melhor cada operação. Por isso existem dentro das Transações Correntes três outras contas: a Balança Comercial, a Balança de Serviços e a de Rendas.

Na Balança Comercial são registradas as despesas em dólares com a importação de mercadorias e as receitas resultantes das exportações. Assim, quando ouvimos falar ou lemos na mídia que a Balança Comercial apresentou um saldo positivo, **superávit**, ou um saldo negativo, **déficit**, devemos entender que estão tratando da diferença entre a entrada de dólares referentes à venda de produtos ao exterior, via exportação, e a saída de dólares vinculadas à compra de mercadorias estrangeiras, via importação. O mesmo ocorre no caso das demais balanças que compõem as Transações Correntes.

São registradas como receitas na Balança de Serviços as entradas de dólares relativas à prestação de serviços no exterior por empresas e pessoas residentes em determinado país. Nesta mesma conta são registradas, como despesas, as saídas de dólares referentes aos pagamentos pela contratação de serviços de pessoas e empresas estrangeiras. Para identificar melhor cada operação, existe uma classificação dos vários tipos de serviços prestados: fretes de cargas, turismo, seguros, propriedade intelectual, aluguel de equipamentos, construção, engenharia, telecomunicações, computação etc., tudo separadinho.

Na Balança de Rendas, normalmente são registradas as entradas e saídas de dólares referentes, respectivamente, aos recebimentos e às remessas de juros, lucros, dividendos e transferências unilaterais (aquelas que não exigem contrapartidas).

### Saldos Correntes

A soma dos resultados, negativos ou positivos, do conjunto formado pela Balança Comercial e pelas Balanças de Serviços e de Rendas é denominado **saldo em transações correntes**, que pode ser superavitário (positivo) ou deficitário (negativo), dependendo do desempenho das compras e das vendas de produtos e serviços, bem como dos pagamentos e recebimentos de juros, lucros, dividendos etc., nas relações de uma determinada economia nacional com o exterior.

### A Conta de Capital (Financeira)

Além da Conta de Transações Correntes, existe no Balanço de Pagamentos de cada país uma conta específica para o registro das operações de capital. Dentro da Conta de Capital, existem quatro subcontas principais: a) uma subconta de Investimentos, onde são registrados os famosos investimentos diretos estrangeiros (IDE), em dólares; b) uma subconta de aplicações especulativas, comumente chamados de Investimentos em Carteira, Derivativos etc.; c) uma subconta de concessões de Crédito ao Exterior e de captações de Empréstimos Externos; e, d) uma subconta de Amortizações de empréstimos, onde são registrados os pagamentos e os recebimentos do principal das respectivas dívidas.

Os resultados positivos nessa Conta de Capital são de fundamental importância, porque são eles que demonstram a capacidade, em termos quantitativos, mas também qualitativos, da economia de um determinado país em financiar os déficits nas Transações Correntes.

### 3.1.1 - A América do Sul como Referência Didática

Para entender o contexto da evolução recente da armadilha da dívida na América do Sul, optou-se por apresentar as experiências de três países: Brasil, Equador e

Argentina. A justificativa para essa escolha se baseia em perspectivas distintas e complementares para o entendimento sobre a diversidade de impactos do endividamento no continente. O Brasil se destaca por sua participação mais intensa no processo de especulação e de produção de riqueza fictícia, em nível internacional, enquanto o Equador apresenta para a análise consequências aparentemente paradoxais de um processo de auditoria interna da dívida pública. Por seu turno, a Argentina vem se destacando recentemente pela sequência de ferrenhos



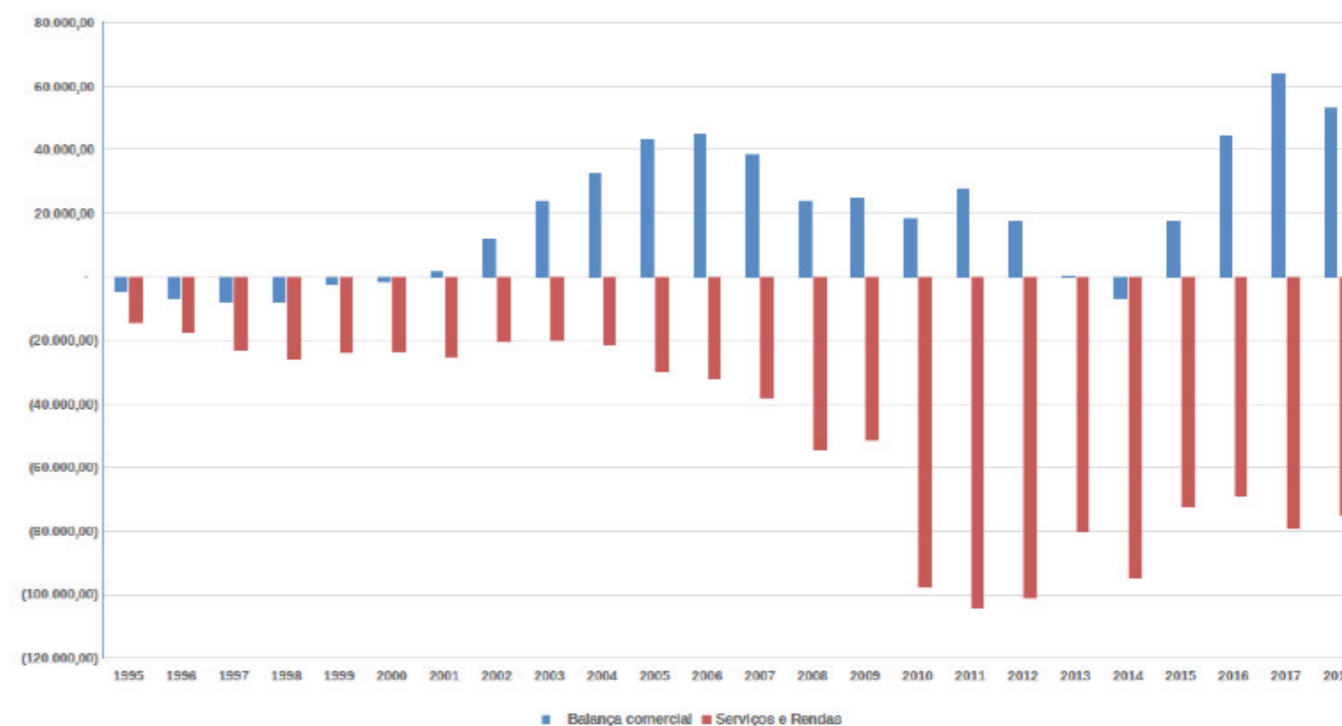
ataques especulativos externos, seguidos de linhas de crédito em volumes inéditos junto ao FMI.

Por sua posição geopolítica estratégica, na hierarquia imperialista de dominação total, o Brasil tem sido um exemplo espetacular do fracasso do modelo proposto de administração da crise econômica mundial. O aprofundamento da crise revela que a aparente tranquilidade com que a economia brasileira parecia atravessar a turbulência internacional, provocada pela implosão dos títulos *subprime* nos Estados Unidos, entre 2007 e 2008, estava assentada em premissas frágeis e, até mesmo, falsas.

De 2003 a 2007, a conta de Transações Correntes do Balanço de Pagamentos do Brasil conseguiu um desempenho inédito de saldos positivos. Entretanto, a partir de 2008, os resultados da Balança Comercial não permitiram mais compensar os contínuos saldos negativos na Balança de Serviços (viagens internacionais, transportes, aluguel de equipamentos, informações, royalties etc.) e na Balança de Rendas (lucros e dividendos, juros etc.), como pode ser observado no Gráfico 2.

É interessante notar no gráfico acima que, na sequência dos anos, a situação não se inverteu, mesmo quando a Balança Comercial brasileira voltou a ter saldos positivos substanciais, alcançando, inclusive, patamares mais elevados do que aqueles observados no período de 2003 a 2007.

Gráfico 2 – Saldo na Conta de Transações Correntes – Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil (2019). Elaboração própria.

Além disso, é preciso atentar para dados mais qualitativos sobre o esforço exportador brasileiro voltado para gerar resultados monetários favoráveis na Balança Comercial. Olhando dessa forma, é possível observar, por trás dos números agregados, o perfil da especialização produtiva embutida na evolução das exportações brasileiras, especialmente após a interrupção dos planos de diversificação industrial colocados em marcha na segunda metade do século XX.

Como pode ser visto no Gráfico 3, os produtos básicos representavam apenas 22,80% do total das vendas de mercadorias do Brasil para o exterior. Naquele ano,

“os produtos manufaturados respondiam por aproximadamente 59,05% do total em dólares das exportações brasileiras, portanto, acima da metade da pauta, enquanto [...] aqueles considerados semi-manufaturados 15,42% do total exportado” (GOMES, 2009, p. 89).

Percebe-se que, flagrantemente, o perfil da pauta de exportações brasileira foi invertido e, em 2019, os produtos básicos representaram aproximadamente 52,8% do total de dólares resultantes da venda de mercadorias ao exterior.

Os produtos classificados como básicos são aqueles que não têm

Gráfico 3 – Exportações de produtos básicos – Brasil



Fonte: Ministério da Economia

Fonte: Alves (2020).

tecnologia envolvida ou acabamento, como minerais, frutas, grãos e carnes. Segundo o Ministério da Economia, as exportações de itens básicos recuaram 2% no ano passado, ao mesmo tempo em que as vendas externas de produtos industrializados caíram cinco vezes mais (10,3%). Dentre os industrializados, as exportações de produtos manufaturados sofreram tombo de 11,1% no ano passado, para US\$ 77,452 bilhões, ou 34,6% do total. Já as vendas externas de produtos semimanufaturados recuaram 8%, somando US\$ 28,378 bilhões (o equivalente a 12,7% do total) (ALVES, 2020)

Isso significa que, nas últimas décadas, o parque produtivo no Brasil foi desnacionalizado e está passando por uma grande especialização na exportação de minérios, alimentos, celulose e placas de aço, entre outras *commodities*. Isso vem provocando uma grande alteração nos fatores que geram o contínuo déficit nas operações correntes com o exterior. Explodiram nesse período os pagamentos por serviços estrangeiros de alugueis de equipamentos e de viagens ao exterior, além de também ter aumentado os serviços que envolvem alta tecnologia de computação, informação, porque as empresas interromperam

Gráfico 4 – Saldo na Conta de Serviços – Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil (2019). Elaboração própria.

os investimentos nesses ramos da produção no país.

Abrindo as contas de Rendas, do Balanço de Pagamentos do Brasil, é possível observar melhor os estragos provocados pela adesão ao modelo de privatizações e de fomento oficial, via Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), às fusões e aquisições, as quais resultaram numa intensa desnacionalização do parque produtivo brasileiro, criando as condições expressas nesses dados do Balanço de Pagamentos.

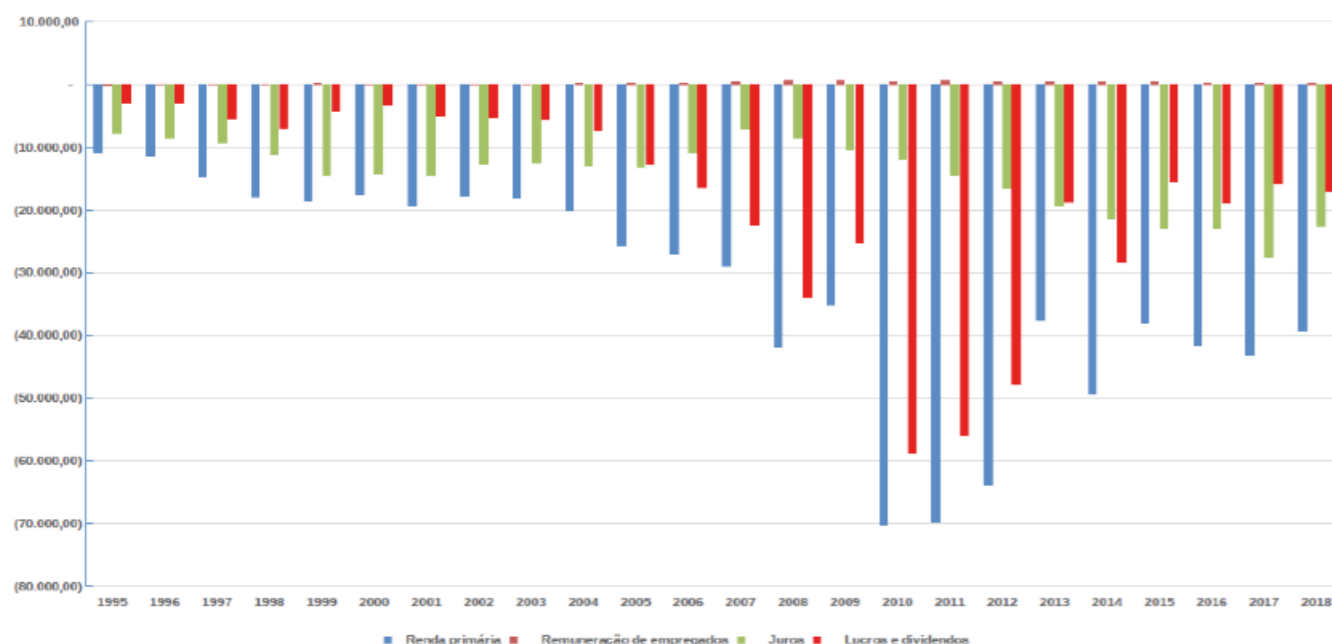
Percebe-se no Gráfico 5 que, após 2005, as remessas de lucros e dividendos ultrapassaram em muito os saldos negativos com o pagamento de juros da dívida externa. Tais remessas alcançaram

patamares nunca vistos entre 2010 e 2012, o que forçou a necessidade de maior atração de capital estrangeiro em diversas modalidades, inclusive com maior endividamento externo.

Tanto as privatizações das grandes empresas estatais brasileiras, nas áreas de mineração, siderurgia, energia e telecomunicações, quanto o incentivo do governo federal para promover a fusão de grandes empresas privadas, resultaram na desnacionalização do parque produtivo instalado no país. Isso significa que boa parte das grandes empresas que operam no Brasil foram vendidas ao capital estrangeiro, e isso gera pelo menos dois problemas. De um lado, os centros de decisão dessas empresas vendidas ao capital externo agora estão totalmente fora do



Gráfico 5 – Saldo na Conta de Rendas – Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil (2019). Elaboração própria.

território nacional e, por isso, seus novos investimentos são decididos no exterior.

De outro lado, com a venda dessas empresas para grupos empresariais estrangeiros, passou a ocorrer, especialmente a partir de 2004, uma elevação assustadora das remessas de lucros e dividendos para onde estão agora as sedes das empresas que foram vendidas. Aliadas aos montantes crescentes de juros e encargos da dívida externa, que não param de crescer, essas novas remessas de lucros e dividendos estão exigindo a atração de uma quantidade ainda maior de dólares via empréstimos.

Assim, quanto mais explode a necessidade de dólares para fechar as contas externas do Brasil, pela opção que os

governantes têm tomado desde o Plano Real, mais e mais a economia brasileira vai se enredando na armadilha da dívida externa, continuamente convertida em dívida interna, cujos volumes e qualidade estão inviabilizando a projeção de algum projeto de soberania para o país.

Essa armadilha faz com que o Brasil acumule um estoque de dívida externa bruta em torno de US\$ 600 bilhões na última década. Mas a contínua conversão de dívida privada externa em dívida pública interna resulta numa armadilha que trava completamente a capacidade de intervenção estatal via investimentos. Se considerado o volume total de títulos públicos emitidos pelo governo federal, é possível perceber que, no final de 1993, o estoque da dívida interna bruta

Tabela 2 – Volume títulos emitidos da dívida interna bruta brasileira

Referencia	Títulos da Deuda Interna (en R\$ mil millones)
Dec/1994	65,00
Dec/2002	848,57
Dec/2009	1.947,76
Dec/2017	4.828,93
Dec/2019	5.971,93

Fonte: Banco Central do Brasil (2020). Elaboração própria.

acumulava algo em torno de R\$ 4,99 bilhões. Apenas o ajuste de preparação do Plano Real elevou o volume total de títulos emitidos para R\$ 56 bilhões em julho de 1994, mês de conversão da antiga para a nova moeda. Desde o início da vigência do real como novo padrão monetário no Brasil, a dívida interna bruta explodiu, conforme pode ser visto na Tabela 2, cujas primeiras datas de referência indicam o final de cada mandato presidencial anterior ao que iniciou em 2018.

A tabela acima mostra o volume de títulos da dívida pública interna bruta, mas boa parte desses títulos (acima de R\$ 1,2 trilhão) tem sido mantida no Banco Central para a condução dos instrumentos inibidores da fuga de capitais no Brasil. A diferença entre o total de títulos emitidos e a parcela que fica em poder do Banco Central é denominada *dívida mobiliária*.

Um dos instrumentos mais acionados pelo Banco Central do Brasil com o uso dos títulos públicos em seu poder tem

sido as *operações compromissadas*. Nos últimos anos, essas operações ocorrem diariamente, como forma do governo federal remunerar os saldos de depósitos dos bancos no curtíssimo prazo de uma noite, no mínimo: todos os dias, o Banco Central apura quanto os bancos têm de sobra em caixa e vende títulos, num volume equivalente a estes saldos, com o compromisso de recomprá-los no dia seguinte, pagando juros, quando há interesse dos bancos em devolvê-los imediatamente.

Dessa forma, a armadilha do endividamento vai criando uma diversidade de mecanismos para sua própria reprodução ao longo do tempo. Os juros e as parcelas de amortização não realizadas em pagamento efetivo acabam acumulando no estoque da dívida, se reproduzindo, mas em termos ampliados, com a necessidade de emissão de novos títulos de dívida.

Até o ano de 2013, a economia brasileira pôde administrar o modelo montado lá

atrás, enquanto o governo conseguiu gerar saldos positivos no seu balanço fiscal anual. Durante um longo período, o governo federal reduziu os gastos e elevou a arrecadação, podendo gerar o chamado Superávit Primário. Acontece que, com a redução das taxas de crescimento, a política de renúncia fiscal em favor das empresas privadas acabou com a capacidade de autofinanciamento e, sem saldos fiscais positivos, perdeu-se também o principal instrumento de gestão da dívida via pagamentos parciais dos juros devidos.

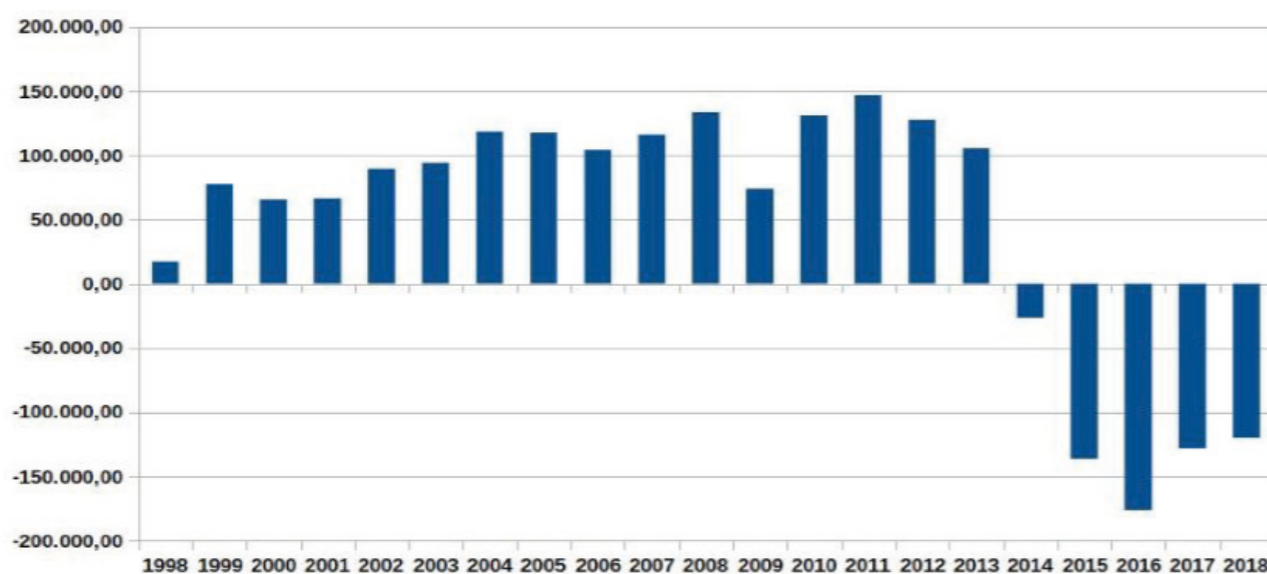
Os impactos econômicos e socioambientais se acumulam. Na medida em que o Brasil foi sendo cada vez mais capturado na armadilha do endividamento público e privado, mais e mais as autoridades foram forçadas a flexibilizar a legislação trabalhista, a afrouxar as regras de proteção ambiental, rebaixar ainda mais a tributação do capital e elevar as linhas de

financiamento subsidiado, com a justificativa de atração de novos investimentos estrangeiros, mas sem resultados substantivos.

O desespero trouxe a troca de governantes, como forma de ampliar a política de austeridade fiscal, sem qualquer perspectiva de solução de fato. O desmonte das estruturas do Estado demonstram apenas o grau de subalternidade explícita aos ditames imperialistas, sem nenhum plano concreto de saída da crise econômica gerada. De lá para cá, com todos os cortes orçamentários executados, o déficit primário persiste em patamares elevados, levando as autoridades ao desespero de propor mais cortes de despesas e acelerar o processo de privatização do patrimônio público restante.

Como o risco de quebra dos compromissos com a dívida fica cada vez mais

Gráfico 6 – Evolução do Superávit Fiscal no Brasil (em R\$ milhões)



Fonte: STN. Elaboração própria. Preços de jun/2019. IPCA.

evidente, as agências de classificação de risco acabam exigindo a manutenção de um grande volume de reservas em dólares como forma de garantir minimamente os pagamentos imediatos. O Brasil possuía, no início de 2020, um volume considerável de reservas cambiais, acima US\$ 380 bilhões, que passou a ser uma das âncoras fundamentais da economia desde os planos de estabilização monetária dos anos 1990. Isso não somente para serem usadas no controle das taxas de câmbio, mas, principalmente, como uma exigência das agências estrangeiras de classificação do chamado *risco-Brasil*. O problema é que, como a remessa de dólares ao exterior há muito tempo excede a entrada de divisas, as reservas internacionais são formadas a partir de um maior endividamento, o que só enreda ainda mais a economia brasileira na armadilha especulativa, na qual ela foi capturada pela mágica do Plano Real. Além disso, deve ser considerado que os fluxos de dólares atraídos para aplicação especulativa de curto prazo, somados aos Investimentos Diretos Estrangeiros, voltados muito mais para fusões e aquisições do que para a ampliação do parque produtivo no longo prazo, totalizam um passivo externo médio de aproximadamente US\$ 1,5 trilhão, nos últimos tempos. No caso de uma fuga de capital de curto prazo, ante uma crise especulativa ainda mais profunda, o volume das reservas cambiais brasileiras não se mostraria tão elevado assim. O estrangulamento se explicitaria de imediato.

Essa posição adotada pelo Brasil, guardadas as devidas proporções, no geral, tem sido acompanhada pelas demais nações dependentes do continente. Em alguns instantes da história recente algumas nações ensaiaram alguma forma de resistência e podem ser consideradas como importantes exemplos do que foi possível fazer nas condições propostas. Mas, no que tange à armadilha do endividamento em si e a suas consequências econômicas e socioambientais, parece não haver grandes exceções, variando, isto sim, no grau de complexidade e de agravamento da situação de dependência em relação ao perfil da dívida e da especialização da pauta de exportação de cada país.

No entanto, é preciso ter nítidas as particularidades das relações unilaterais que colocam em posições distintas várias das nações capturadas pela armadilha do endividamento quando observados os perfis diversificados da dívida em cada país. Por exemplo, enquanto a contínua conversão de dívida externa privada em dívida pública interna representa uma marca fundamental da situação brasileira, tem sido possível observar que, ao contrário, a maior parte das dívidas públicas da Argentina e do Equador continuam sob a inscrição de dívida externa. Vejamos esses dois casos mais de perto.

Numa rápida comparação, é possível observar, seguindo os dados da Tabela 3, a distância que separa o Brasil dos demais países da região em termos de

Tabela 3 – Evolução das dívidas públicas em países selecionados

País	2000			2018			Evolução %		
	Interna	Externa	Total	Interna	Externa	Total	Interna	Externa	Total
Argentina	46.622,0	81.397,0	128.019,0	170.731,0	161.461,0	332.192,0	266%	98%	159%
Bolívia	1.586,0	3.357,0	4.943,0	5.416,0	9.094,0	14.510,0	241%	171%	194%
Brasil	301.285,0	80.280,0	381.565,0	1.183.498,0	172.918,0	1.356.416,0	293%	115%	255%
Chile	7.110,0	2.580,0	9.690,0	55.703,0	14.544,0	70.247,0	683%	464%	625%
Colômbia	14.916,0	14.596,0	29.512,0	102.844,0	50.960,0	153.804,0	589%	249%	421%
Costa Rica	4.133,0	2.414,0	6.547,0	24.320,0	6.143,0	30.463,0	488%	154%	365%
El Salvador	1.263,0	2.303,0	3.566,0	3.765,5	8.647,1	12.412,6	198%	275%	248%
Equador	2.823,9	8.841,0	11.664,9	13.733,7	32.472,5	46.206,2	386%	267%	296%
Guatemala	1.116,0	2.165,0	3.281,0	10.659,0	8.175,0	18.834,0	855%	278%	474%
Haiti	470,0	1.040,0	1.510,0	1.033,0	2.104,0	3.137,0	120%	102%	108%
Honduras	252,6	3.663,4	3.915,9	4.513,2	6.961,5	11.474,7	1687%	90%	193%
México	70.527,9	62.822,0	133.349,9	326.646,0	95.845,6	422.491,6	363%	53%	217%
Nicarágua <sup>1</sup>	842,4	4.386,7	5.229,1	634,3	4.161,8	4.796,1	-25%	-5%	-8%
Panamá	2.090,4	5.522,1	7.612,5	5.007,9	20.553,5	25.561,4	140%	272%	236%
Paraguai	335,0	2.001,8	2.336,8	1.128,2	5.779,9	6.908,1	237%	189%	196%
Peru <sup>1</sup>	3.826,2	20.715,0	24.541,2	31.459,7	16.171,7	47.631,4	722%	-22%	94%
República Dominicana <sup>2</sup>	1.057,2	7.665,2	8.722,4	9.939,1	21.558,6	31.497,7	840%	181%	261%
Uruguai	6.451,7	263,6	6.715,3	28.572,8	149,0	28.721,8	343%	-43%	328%
Venezuela <sup>3</sup>	10.367,0	21.726,9	32.093,9	101.946,0	46.761,0	148.707,0	883%	115%	363%
<b>Total</b>	<b>477.075,3</b>	<b>327.739,6</b>	<b>804.815,0</b>	<b>2.081.550,4</b>	<b>684.461,2</b>	<b>2.766.011,6</b>	<b>336%</b>	<b>109%</b>	<b>244%</b>

Notas: <sup>1</sup> inicial 2002; <sup>2</sup> inicial 2004; <sup>3</sup> final 2016.

Fonte: CEPAL (2019).

endividamento público absoluto. Mas, considerando o processo de evolução das dívidas no século XXI, muitas outras nações apresentaram uma variação bastante superior em relação à experiência recente brasileira.

O Equador tem sido citado como exemplo na realização de uma auditoria do endividamento e cabe aqui avaliar o seu caso por este viés. A vitória nas negociações de 2008 com bancos comerciais estrangeiros resultou num abatimento de aproximadamente 65% do estoque da dívida, ao ficar comprovada a série de irregularidades nos contratos de rolagem de suas dívidas ao longo dos anos. Entretanto isso significou pouco nos laços de dependência do Equador em suas relações internacionais, devido ao grau de especialização produtiva interna e, por

consequência, de sua pauta de exportações concentrada na renda petroléira. Não tardou muito e a nação equatoriana voltou a se apoiar num processo de endividamento perverso no período posterior a 2009, cujos resultados podem ser vistos nos dados da Tabela 3.

Essa nova etapa do endividamento do Equador foi novamente mediado pelas agências multilaterais, as quais passaram a impor condições para a gestão de sua economia internamente, com grandes prejuízos socioeconômicos.

Luego del intento histórico en 2008 de auditar la deuda pública, el Ecuador pronto volvió al endeudamiento irresponsable. Al inicio se lo hizo con China, y luego, incluso cuando los precios del crudo bordeaban los 100 dólares

por barril, en 2014 el gobierno de entonces retomó relación con el Fondo Monetario Internacional (FMI) para bendecir la colocación de bonos en los mercados financieros. [...] Acuerdos que han intentado imponer condiciones que profundizan la condición del Ecuador de mero exportador de materias primas, y abaratar agresivamente la mano de obra en compensación a la falta de política cambiaria.

Como resultado de semejante dinámica, a enero de 2020 el Ecuador registró una deuda pública externa de 41.769 millones de dólares, de los cuales: 6.057 millones corresponden al saldo de deuda con China; 11.980 millones corresponden a deuda mantenida con organismos internacionales (BID, CAF, Banco Mundial, FMI y otros); 18.857 millones corresponden a deuda en bonos cuyo vencimiento fluctúa entre 2020 y 2035; y 4.875 millones corresponden a deudas con bancos y otros

acreedores menores. A esto cabe agregar 16.790 millones de deuda interna, concentrada principalmente en bonos vendidos al Banco del IESS, el BIESS. En total, la deuda pública – a enero de 2020 – asciende a 58.559 millones de dólares (ACOSTA, 2020).<sup>13</sup>

Como se vê, mesmo naqueles países em que ocorreu certa resistência à armadilha da dívida, a organização do capital em nível internacional logo criou as condições políticas e econômicas de isolamento, voltadas para seu retorno à lógica de acumulação em plena era de administração da crise mundial.

Dessa forma, o Equador voltou a se enredar nos esquemas de conversão de dívida externa em dívida interna, estrangulando o orçamento público e criando novos momentos para a reprodução de seus laços de dependência.

Pero aún más urgente es la implicación

<sup>13</sup> Após a tentativa histórica de auditar a dívida pública em 2008, o Equador logo voltou a ter um endividamento irresponsável. No início, fez isso com a China e depois, mesmo com os preços do petróleo pairando em torno de 100 dólares por barril, em 2014 o governo de então retomou as relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para dar benção à colocação de títulos nos mercados financeiros. [...] Acordos que tentaram impor condições que aprofundam o status do Equador como mero exportador de matérias-primas e baratear agressivamente a mão-de-obra como compensação pela falta de política cambial.

Como resultado desta dinâmica, em janeiro de 2020 o Equador registrou uma dívida pública externa de 41.769 milhões de dólares, dos quais: 6.057 milhões correspondem ao saldo da dívida com a China; 11.980 milhões correspondem à dívida com organizações internacionais (BID, CAF, Banco Mundial, FMI e outros); 18.857 milhões correspondem à dívida em títulos cujo vencimento flutua entre 2020 e 2035; e 4.875 milhões correspondem à dívida com bancos e outros credores menores. A isto devem ser adicionados 16,79 bilhões em dívida interna, concentrada principalmente em títulos vendidos ao Banco do Instituto Equatoriano de Seguridade Social, o BIESS. No total, a dívida pública - em janeiro de 2020 - totaliza US\$ 58.559 milhões (tradução nossa).

inmediata de esa deuda: para marzo de 2020 el país debe pagar 1.230 millones de dólares por servicio de deuda pública (capital e intereses), distribuidos en 944,4 millones para deuda externa y 285,8 millones de deuda interna. Del pago por deuda externa destacan 325 millones correspondientes al vencimiento del saldo de los Bonos Global 2020, deuda que no impugnó oportunamente el gobierno anterior (ACOSTA, 2020).<sup>14</sup>

Uma situação, sem dúvida, agravante para as condições de especialização das exportações, num momento em que os preços internacionais do barril do petróleo têm oscilado de forma bastante desfavorável. Pior ainda para o caso de uma nação que logrou uma negociação tão vantajosa mais de uma década atrás.

Os impactos socioambientais do novo arranjo da armadilha do endividamento no Equador, envolvendo projetos industriais de mineração, têm sido combatido nos seguintes termos:

En cuanto a la ampliación de la frontera petrolera, una vez que Correa puso fin a la Iniciativa Yasuni ITT, en agosto del 2013, se abrió la puerta de la

Tabela 4 – Indicadores – Ecuador  
Fonte: CEPAL (2020a)

	2017	2018	2019 <sup>a</sup>
<b>Tasa de variación anual</b>			
Producto interno bruto	2,4	1,4	-0,2
Producto interno bruto por habitante	0,9	-0,1	-1,3
Precios al consumidor	-0,2	0,3	0,5 <sup>b</sup>
Dinero (M1)	13,1	5,6	3,2 <sup>c</sup>
Tipo de cambio real efectivo <sup>d</sup>	3,1	2,0	-2,8 <sup>e</sup>
Relación de precios del intercambio <sup>f</sup>	10,2	11,5	-5,8
<b>Porcentaje promedio anual</b>			
Tasa de desempleo <sup>g</sup>	4,4	4,1	4,7
Resultado global del gobierno central / PIB	-5,9	-3,6	-4,7
Tasa de interés pasiva nominal <sup>h</sup>	4,9	5,1	5,8 <sup>b</sup>
Tasa de interés activa nominal <sup>i</sup>	7,9	7,7	8,5 <sup>b</sup>
<b>Millones de dólares</b>			
Exportaciones de bienes y servicios	21 809	24 662	25 190
Importaciones de bienes y servicios	22 601	25 636	25 766
Balanza de cuenta corriente	-492	-1 488	-838
Balanzas de capital y financiera <sup>j</sup>	-1 367	1 396	2 496
Balanza global	-1 859	-92	1 658

Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de cifras oficiales.

a/ Estimaciones.  
b/ Datos al mes de octubre.  
c/ Datos al mes de julio.  
d/ Una tasa negativa significa una apreciación real. Se refiere al tipo de cambio real efectivo mundial.  
e/ Datos al mes de septiembre.  
f/ División de Desarrollo Económico. Cálculos propios. Balance Preliminar 2019.  
g/ Incluye el desempleo oculto.  
h/ Tasa de interés pasiva referencial.  
i/ Tasa de interés activa efectiva referencial para el segmento comercial corporativo.  
j/ Incluye errores y omisiones.

explotación en el bloque 43, y actualmente se explota en los campos Tiputini (2016) y Tambococha (2018) este último ubicado en el Parque Nacional Yasuni.

La instalación de la infraestructura petrolera como construcción de las plataformas, las vías de acceso, las líneas

<sup>14</sup> Contudo ainda mais urgente é a implicação imediata dessa dívida: para março de 2020, o país deve pagar US\$ 1,23 bilhões em serviço da dívida pública (capital e juros), distribuídos em US\$ 944,4 milhões para a dívida externa e US\$ 285,8 milhões para a dívida interna. Do pagamento da dívida externa, US\$ 325 milhões correspondem ao vencimento do saldo do Global 2020 Bonds, uma dívida que não foi contestada em tempo hábil pelo governo anterior (tradução nossa).

de fujo, ha generado deforestación y remoción de tierras; lo que provoca erosión de los suelos y sedimentación en los ríos, cambios que afectan seriamente a las especies acuáticas que allí viven.

Las aguas de formación son aguas que se producen en el proceso de extracción del petróleo; y son extremadamente tóxicas por sus altos niveles salinos y por su alto contenido de metales pesados, sustancias radiactivas y restos de hidrocarburos que son cancerígenos. De cada 100 barriles que se extrae en estos bloques, sólo 14 barriles son de petróleo y los 86 restantes corresponden a agua de formación. Si consideramos que del bloque 43 se está extrayendo 75.000 barriles de petróleo diario resulta que, diariamente, se está

extrayendo más de 460.000 barriles de aguas de formación tóxicas. Esta agua están siendo reinyectada al subsuelo contaminando aguas subterráneas. Otra fuente de contaminación es el ruido que alcanza aprox 600 hás. Esto sucede en la zona más biodiversa y frágil del planeta, en donde viven pueblos en aislamiento voluntario.

Se puede entonces concluir que la deuda financiera se paga con la explotación petrolera y minera a gran escala, el despojo a los pueblos y a la naturaleza, y con las medidas de ajuste como las que actualmente ha tomado el Gobierno (ACCIÓN Ecológica, 2019).<sup>15</sup>

Situação que também merece destaque se revela no caso argentino que, segundo os dados da Tabela 3, teve sua dívida

<sup>15</sup> Quanto à expansão da fronteira petrolífera, uma vez que Correa colocou fim à Iniciativa Yasuni ITT em agosto de 2013, abriu-se a porta para a exploração no Bloco 43, e atualmente se explora nos campos Tiputini (2016) e Tambococha (2018), este último localizado no Parque Nacional Yasuni.

A instalação de infra-estrutura petrolífera, a exemplo da construção de plataformas, estradas de acesso e linhas de fluxo, tem gerado desmatamento e remoção de terras; o que causa erosão do solo e sedimentação nos rios, mudanças que afetam seriamente as espécies aquáticas que ali vivem.

As águas de formação são águas produzidas no processo de extração de petróleo; e são extremamente tóxicas devido a seus altos níveis salinos e seu alto conteúdo de metais pesados, substâncias radioativas e vestígios de hidrocarbonetos cancerígenos. De cada 100 barris extraídos destes blocos, apenas 14 barris são petróleo e os 86 barris restantes são água de formação. Se considerarmos que, do bloco 43, 75.000 barris de petróleo estão sendo extraídos diariamente, verifica-se que mais de 460.000 barris de água de formação tóxica estão sendo extraídos diariamente. Esta água está sendo reinjetada no subsolo, contaminando as águas subterráneas. Outra fonte de poluição é o ruído que atinge aproximadamente 600 hás. Isto acontece na área mais biodiversa e frágil do planeta, onde as pessoas vivem em isolamento voluntário.

Pode-se então concluir que a dívida financeira é paga pela exploração em larga escala de petróleo e mineração, pela desapropriação dos povos e da natureza, e pelas medidas de ajuste, como as atualmente tomadas pelo Governo (tradução nossa).

mais que dobrada, mesmo após uma situação inusitada. Em 2001, a Argentina se viu forçada a declarar uma moratória da dívida externa (mais de US\$ 100 bilhões), por ser levada à incapacidade de cumprir com os serviços e amortizações parciais. Menos de duas décadas depois, após estar ameaçada em diversos momentos por ondas especulativas de fuga de capitais, em 2018, a Argentina fechou um acordo recorde com o Fundo Monetário Internacional, com um empréstimo de socorro em torno de US\$ 57 bilhões. Um socorro, entende-se, aos credores, tendo questões(?) geopolíticas importantes como contrapartida.

El carácter odioso de la deuda resulta especialmente válido para el caso del FMI y su préstamo de 57.000 millones dólares y sus desembolsos por más de 44.000 millones de dólares. Fue un préstamo favorecido por EEUU, con voto privilegiado en el FMI para consolidar un gobierno amigo que intervenía en la lógica de la política internacional de EEUU en la región, especialmente en lo relativo a la agresión a Venezuela (GAMBINA, 2020).<sup>16</sup>

As heranças do governo Macri em termos de endividamento e de acordos com

bancos estrangeiros com intermédio do FMI parece não ser totalmente afetadas pelo novo governo. Antes das eleições de outubro de 2019, a Argentina possuía uma dívida de aproximadamente 311 bilhões de dólares, o que correspondia a mais de 90% do PIB. As perspectivas que procuram pressionar uma solução alternativa apontam para uma auditoria que responsabilize o endividamento recente, apesar de não acreditar nessa linha a partir do novo governo.

La deuda con el FMI es una estafa mayúscula. Todo el país asume un compromiso por un dinero que se esfumó en forma vertiginosa. Ni un sólo dólar de los 50.000 millones aportados se tradujo en inversiones. Esos recursos fueron capturados por grupos financieros que consumaron el mayor fraude de la historia reciente. Ellos deben afrontar las consecuencias de esa apropiación. Es la deuda de un puñado de millonarios y no la obligación de todos los argentinos.

La fuga de capitales se consumó en esta ocasión a la vista de toda la ciudadanía. Involucra especialmente los 80 mil millones de dólares expatriados en los últimos cuatro años. Como existen

<sup>16</sup> A natureza odiosa da dívida é especialmente válida para o caso do FMI e seu empréstimo de US\$ 57 bilhões e desembolsos de mais de US\$ 44 bilhões. Foi um empréstimo favorecido pelos EUA, com voto privilegiado no FMI, para consolidar um governo amigável que adotou a lógica da política internacional dos EUA na região, especialmente no que diz respeito à agressão contra a Venezuela (tradução nossa).

datos muy precisos de esas transferencias, una rápida auditoría identificaría a los beneficiarios de esa operación. Antes de discutir cuánto y cómo se paga de la deuda hay que esclarecer quién se apropió de ese dinero (KATZ, 2019).<sup>17</sup>

As experiências do Equador e da Argentina parecem demonstrar as dificuldades de se colocar em marcha soluções isoladas de negociação com a banca especulativa internacional.

Somente assim poderia ser pensado como solucionar casos ainda mais graves de comprometimento do orçamento fiscal, como tem sido as experiências de países ainda mais dependentes e de produção ainda mais especializadas, como são os casos daqueles localizados na América Central e no Caribe.

<sup>17</sup> A dívida com o FMI é um grande golpe. O país inteiro está se comprometendo com o dinheiro que se esfumou de forma vertiginosa. Nem um único dólar dos 50 bilhões foi traduzido em investimentos. Esses recursos foram capturados por grupos financeiros que perpetraram a maior fraude da história recente. Eles devem enfrentar as consequências dessa apropriação. É a dívida de um punhado de milionários e não a obrigação de todos os argentinos.

A fuga de capitais foi consumada nesta ocasião à plena vista de todos os cidadãos. Envolve especialmente os 80 bilhões de dólares expatriados nos últimos quatro anos. Como existem dados muito precisos sobre estas transferências, uma auditoria rápida identificaria os beneficiários desta operação. Antes de discutir quanto e como se pagar a dívida, é necessário esclarecer quem se apropriou desse dinheiro (tradução nossa).

Tabela 5 – Indicadores – Argentina

	2017	2018	2019 <sup>a</sup>
<b>Tasa de variación anual</b>			
Producto interno bruto	2,7	-2,5	-3,0
Producto interno bruto por habitante	1,7	-3,4	-3,9
Precios al consumidor <sup>b</sup>	25,0	47,1	49,7 <sup>c</sup>
Dinero (M1)	29,4	23,6	9,9 <sup>d</sup>
Relación de precios del intercambio <sup>e</sup>	-2,9	1,3	0,5
<b>Porcentaje promedio anual</b>			
Tasa de desempleo urbano abierto	8,4	9,2	10,4 <sup>f</sup>
Resultado global del gobierno central / PIB	-5,8	-5,6	-3,9
Tasa de interés pasiva nominal <sup>g</sup>	19,1	32,0	32,0 <sup>h</sup>
Tasa de interés activa nominal <sup>i</sup>	26,8	47,7	67,5 <sup>h</sup>
<b>Millones de dólares</b>			
Exportaciones de bienes y servicios	73 391	76 354	79 549
Importaciones de bienes y servicios	89 002	86 503	69 492
Balanza de cuenta corriente	-31 598	-27 479	-9 451
Balanzas de capital y financiera <sup>j</sup>	46 154	10 426	-13 082
Balanza global	14 556	-17 052	-22 533

**Fuente:** Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de cifras oficiales.  
a/ Estimaciones.  
b/ A partir del 2017, se efectúa un empalme con los datos correspondientes al Gran Buenos Aires, a fines de comparación interanual.  
c/ Datos al mes de octubre.  
d/ Datos al mes de agosto.  
e/ División de Desarrollo Económico. Cálculos propios. Balance Preliminar 2019.  
f/ Dato correspondiente al primer semestre.  
g/ Tasa de interés por depósitos a plazo fijo en pesos.  
h/ Datos al mes de septiembre.  
i/ Préstamos al sector privado no financiero en moneda nacional a tasa fija y repactable, documentos a sola firma hasta 89 días de plazo.  
j/ Incluye errores y omisiones.

Fuente: CEPAL (2020b)

3.1.2 – América Central

Desde o início do século XXI, a América Central tem sido palco de uma nova tática de integração infraestrutural, sob comando do capital organizado a partir da América do Norte, voltada para a especialização produtiva, numa nova base: a produção de minerais estratégicos a baixo custo. Para ilustrar tal situação, escolhemos três países vizinhos na região (Guatemala, Honduras e El Salvador), por suas características de proximidade no processo de captura pela armadilha da dívida externa e pelos resultados na absorção de investimentos estrangeiros, no que se refere tanto aos países de origem quanto às áreas comuns de aplicação. Essa aproximação de consequências também se revela na adesão pouco crítica das políticas públicas aos processos de austeridade fiscal e de promoção de parcerias com empresas estrangeiras em grandes construções e na produção mineral.



É interessante notar a dependência que estes países reproduzem em relação à importação de meios de produção, especialmente aquela voltada para a aquisição de produtos energéticos, enquanto mantêm certa especialização produtiva centrada na exportação. De fato, a queda dos preços internacionais do petróleo nos últimos anos tem promovido certo alívio nos contínuos déficits nas respectivas balanças comerciais dessas nações da América Central, facilitando o seu esforço em manter saldos positivos nas transações correntes do balanço de pagamentos.

Outra característica marcante na região tem sido o fluxo de emigração especialmente para trabalhar nos Estados Unidos. Com isso, as remessas familiares constituem importantes fontes de entrada de divisas e de financiamento do consumo interno. Nos relatos que extraímos dos relatórios da CEPAL ficam bastante evidentes as perspectivas de que esses repasses familiares, de alguma forma, acabam compensando a perda de divisas provocada pela especialização produtiva e pela consequente necessidade de financiamento das importações, especialmente com a queda de receitas com as atividades turísticas, por exemplo. O peso relativo das remessas familiares nas economias da América Central e no Caribe é de grande relevância, como se mostra no gráfico abaixo.

A armadilha do endividamento levou a um crescimento substancial da dívida interna

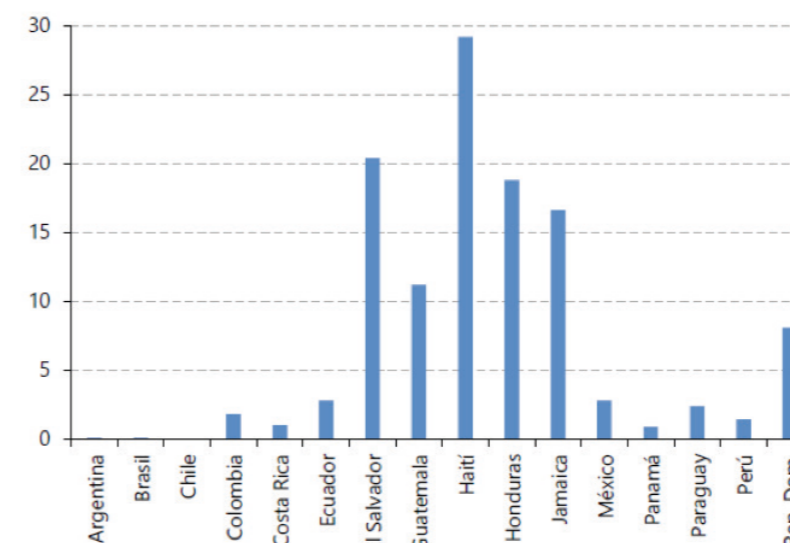


Gráfico 7 – Peso relativo de remessas familiares em países selecionados – 2017

Fuente: CEPAL (2020).

da Guatemala, a qual passou de pouco mais de US\$ 1,1 bilhão, em 2000, para aproximadamente US\$ 10,7 bilhões, em 2018, segundo os dados da Tabela 3. Isso significa que, em sua relação com a dívida pública externa, os títulos do governo central passaram a representar um peso maior do endividamento público total, durante esse período: enquanto no ano 2000 a dívida interna correspondia à metade da dívida externa, em 2018 a primeira ultrapassava a segunda em quase US\$ 2,5 bilhões. Nos termos do Balanço Preliminar da CEPAL (2020c), “[en] septiembre de 2019 el saldo de la deuda pública externa representó un equivalente al 11,0% del PIB (un 10,5% en el mismo mes de 2018), mientras que la deuda pública interna alcanzó un monto equivalente al 13,8% del PIB (un 13,7% en 2018)”, o que demonstra certa continuidade na relação entre as duas formas de endividamento, nos últimos dois anos.

Tabela 6 – Indicadores – Guatemala  
Fonte: CEPAL (2020c).

	2017	2018	2019 <sup>a</sup>
<b>Tasa de variación anual</b>			
Producto interno bruto	2,8	3,1	3,3
Producto interno bruto por habitante	0,9	1,3	1,5
Precios al consumidor	5,7	2,3	2,2 <sup>b</sup>
Salario medio real <sup>c</sup>	-0,9	0,7	...
Dinero (M1)	7,7	8,1	11,0 <sup>d</sup>
Tipo de cambio real efectivo <sup>e</sup>	-5,4	0,7	-1,2 <sup>d</sup>
Relación de precios del intercambio <sup>f</sup>	-5,2	-4,3	-1,2
<b>Porcentaje promedio anual</b>			
Tasa de desempleo abierto	2,5	2,4	2,6 <sup>g</sup>
Resultado global del gobierno central / PIB	-1,3	-1,8	-2,5
Tasa de interés pasiva nominal <sup>h</sup>	5,4	5,2	5,0 <sup>d</sup>
Tasa de interés activa nominal <sup>i</sup>	13,1	12,9	12,8 <sup>d</sup>
<b>Millones de dólares</b>			
Exportaciones de bienes y servicios	13 954	13 952	13 952
Importaciones de bienes y servicios	20 377	21 833	21 886
Balanza de cuenta corriente	1 189	665	1 681
Balanzas de capital y financiera <sup>j</sup>	1 377	292	79
Balanza global	2 566	957	1 760

Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de cifras oficiales.  
 a/ Estimaciones.  
 b/ Datos al mes de octubre.  
 c/ Salario medio declarado de los afiliados al seguro social.  
 d/ Datos al mes de septiembre.  
 e/ Una tasa negativa significa una apreciación real. Se refiere al tipo de cambio real efectivo mundial.  
 f/ División de Desarrollo Económico. Cálculos propios. Balance Preliminar 2019.  
 g/ Dato correspondiente a mayo.  
 h/ Promedio ponderado de tasas pasivas.  
 i/ Promedio ponderado de tasas activas.  
 j/ Incluye errores y omisiones.

A política monetária e cambial expressa bem o esforço de manutenção de certa estabilidade, ao mesmo tempo que é possível observar o manejo de um volume relativamente grande de reservas cambiais em 2019:

[...] el tipo de cambio nominal continuó con una ligera depreciación y se ubicó en 7,7 quetzales por dólar (frente a 7,5 quetzales por dólar en 2018). La participación del Banco de Guatemala en el mercado cambiario (a través de la subasta de compra y venta de divisas) se ha dirigido a reducir la volatilidad. En octubre de 2019, las reservas internacionales netas ascendían a 14.631 millones de dólares (monto equivalente a una cobertura de ocho meses de importaciones), 1.875 millones de dólares más respecto de la cifra de cierre de 2018 (CEPAL, 2020c).<sup>18</sup>

Destaca-se ainda, no caso da Guatemala, um relativo ingresso de investimentos estrangeiros e aqueles relativos às remessas

familiares, os quais contribuem para os saldos positivos nas contas de transações com o exterior, ao lado dos serviços turísticos, entre outros. Com isso, em relação ao ano de 2019:

Las remesas familiares aumentaron un 13,8% en los primeros diez meses del año (frente al 11,9% del mismo período del año previo), impulsadas por el dinamismo del mercado laboral de los Estados Unidos.

Los flujos de inversión extranjera directa (IED), que provienen principalmente de los Estados Unidos y México, alcanzaron los 536 millones de dólares en el primer semestre, un monto ligeramente mayor al recibido en el mismo período de 2018 (512 millones de dólares) (CEPAL, 2020c, p. 2).<sup>19</sup>

Cabe destacar, portanto, que o incremento nas remessas familiares tem sido um importante fluxo de financiamento do consumo privado, tido como principal

<sup>18</sup> (...) a taxa de câmbio nominal continuou com uma rápida queda ficando em 7,7 quetzals em relação ao dólar (frente a 7,5 quetzals em relação ao dólar em 2018). A participação do Banco da Guatemala no mercado de câmbio (através do leilão de compra e venda de moeda estrangeira) tem sido direcionada para reduzir a volatilidade. Em outubro de 2019, as reservas internacionais líquidas totalizavam US\$ 14,631 bilhões (equivalente a oito meses de cobertura de importações), US\$ 1,875 bilhões a mais do que no final de 2018 (tradução nossa).

<sup>19</sup> As remessas familiares aumentaram 13,8% nos primeiros dez meses do ano (comparado com 11,9% no mesmo período do ano anterior), impulsionadas pelo dinamismo do mercado de trabalho dos Estados Unidos.

Os fluxos de investimento estrangeiro direto (IED), principalmente dos Estados Unidos e México, alcançaram US\$ 536 milhões no primeiro semestre do ano, um pouco mais do que o montante recebido no mesmo período em 2018 (US\$ 512 milhões) (tradução nossa).

motor do crescimento econômico do país, ao lado dos investimentos públicos e estrangeiros.

Por seu turno, a captura da economia em El Salvador à armadilha do endividamento externo segue uma trajetória diferenciada, se comparada à situação da Guatemala. A dívida pública externa saltou de US\$ 2,3 bilhões, no ano 2000, para US\$ 8,6 bilhões, em 2018, enquanto a dívida interna manteve-se bem abaixo desse patamar, passando de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 3,8 bilhões, no mesmo período, segundo os dados da Tabela 3. Para 2019, a situação de endividamento externo se agravou e é relatada da seguinte forma pela CEPAL (2020d):

La deuda externa del sector público no financiero de mediano y largo plazo ascendió a 14.241 millones de dólares a septiembre, lo que representa un 53,1% del PIB. Si se incluye el saldo del fideicomiso de obligaciones previsionales, la deuda ascendió a 19.405 millones (72,3% del PIB, comparado con el 69,4% al cierre de diciembre de 2018) (CEPAL, 2020d).<sup>20</sup>

Uma situação assim sempre produz dificuldades de financiamento de políticas públicas, numa região em que os investimentos e os gastos correntes dos

<sup>20</sup> A dívida externa do setor público não-financeiro a médio e longo prazo chegou a US\$ 14,241 bilhões em setembro, representando 53,1% do PIB. Se incluído o saldo do fundo de pensão, a dívida chegou a US\$ 19,405 bilhões (72,3% do PIB, contra 69,4% no final de dezembro de 2018) (tradução nossa).

governos são imprescindíveis. No entanto tem sido flagrante a busca de alternativas dentro do receituário da austeridade fiscal e de elevação dos incentivos fiscais às empresas privadas, especialmente às estrangeiras, sob a justificativa de uma suposta necessidade de atração de investimentos externos. Dentro dessa lógica, os encargos tributários vão se tornando cada vez mais regressivos, tendo por base uma maior taxação direta dos salários e a elevação carga derivada de impostos sobre o consumo:

La política fiscal se ejecutó en el marco de la Ley de Responsabilidad Fiscal, enfocada en garantizar la sostenibilidad a largo plazo. A septiembre de 2019, los ingresos corrientes del sector público no financiero eran de 4.554 millones de dólares, lo que supone un crecimiento anual real del 0,4% (3,4% en 2018). Este crecimiento más bajo se explica por la menor actividad económica, la eliminación del impuesto a las operaciones financieras por parte de la Sala de lo Constitucional, y el hecho de que, en 2018, se percibieron ingresos extraordinarios gracias una amnistía tributaria. Los ingresos tributarios aumentaron un 1,0% (6,0% en 2018), correspondiendo al impuesto sobre la renta un 2,9% y al impuesto al valor agregado un 1,3%. Se prevé que la

carga tributaria alcanzará el 18,2% del PIB (CEPAL, 2020b).<sup>21</sup>

As variações recentes nos preços internacionais de commodities tradicionais produzidas internamente apontam o grau de dependência da economia de El Salvador, na medida em que repercutem negativamente no seu Balanço de Pagamentos.

Ao mesmo tempo, a demanda externa pelos produtos da indústria de montagem,

Tabela 7 – Indicadores – El Salvador

	2017	2018	2019 *
<b>Tasa de variación anual</b>			
Producto interno bruto	2,3	2,5	2,2
Producto interno bruto por habitante	1,9	2,1	1,8
Precios al consumidor	2,0	0,4	-0,9 <sup>b</sup>
Salario medio real <sup>c</sup>	1,0	1,0	1,0 <sup>d</sup>
Dinero (M1)	6,5	5,8	5,4 <sup>e</sup>
Tipo de cambio real efectivo <sup>f</sup>	1,8	0,5	-1,0 <sup>e</sup>
Relación de precios del intercambio <sup>g</sup>	-2,1	-3,1	-1,0
<b>Porcentaje promedio anual</b>			
Tasa de desempleo abierto	7,0	6,3	...
Resultado global del gobierno central / PIB	-0,1	-1,1	-0,9
Tasa de interés pasiva nominal <sup>h</sup>	4,4	4,2	4,3 <sup>e</sup>
Tasa de interés activa nominal <sup>i</sup>	6,5	6,5	6,6 <sup>e</sup>
<b>Millones de dólares</b>			
Exportaciones de bienes y servicios	7 225	7 533	7 728
Importaciones de bienes y servicios	11 336	12 668	13 048
Balanza de cuenta corriente	-465	-1 242	-1 174
Balanzas de capital y financiera <sup>j</sup>	773	1 244	2 341
Balanza global	308	2	1 166

Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de cifras oficiales.  
 a/ Estimaciones.  
 b/ Datos al mes de octubre.  
 c/ Salario medio declarado de los afiliados al seguro social.  
 d/ Variación interanual del período de enero a agosto.  
 e/ Datos al mes de septiembre.  
 f/ Una tasa negativa significa una apreciación real. Se refiere al tipo de cambio real efectivo mundial.  
 g/ División de Desarrollo Económico. Cálculos propios. Balance Preliminar 2019.  
 h/ Tasa básica pasiva hasta 180 días.  
 i/ Tasa básica activa hasta un año.  
 j/ Incluye errores y omisiones.

Fonte: CEPAL (2020d).

<sup>21</sup> A política fiscal foi implementada no âmbito da Lei de Responsabilidade Fiscal, focada em garantir a sustentabilidade a longo prazo. Em setembro de 2019, a receita correntedo setor público não-financeiro era de US\$ 4,554 bilhões, representando um crescimento anual real de 0,4% (3,4% em 2018). Este menor crescimento é explicado pela menor atividade econômica, pela eliminação do imposto sobre operações financeiras pela Câmara Constitucional e pelo fato de, em 2018, terem sido recebidas receitas extraordinárias graças a uma anistia fiscal. A receita fiscal aumentou em 1,0% (6,0% em 2018), com o imposto de renda aumentando em 2,9% e o imposto de valor agregado em 1,3%. Espera-se que a carga tributária atinja 18,2% do PIB (tradução nossa).

dólares que el del mismo período de 2018. La inversión extranjera directa neta fue de 436 millones de dólares, 13,4% por debajo del mismo período de 2018, debido al impacto de la reforma tributaria de los Estados Unidos. Los sectores que recibieron los mayores volúmenes de inversión fueron las comunicaciones (160 millones de dólares), la electricidad (116 millones de dólares) y la industria manufacturera (108 millones de dólares) (CEPAL, 2020d).<sup>22</sup>

A retração econômica mundial que marca o início de 2020 tem sido como uma água fria jogada sobre a euforia oficial, que projetava grandes saltos qualitativos, especialmente a partir da entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio protocolado com a Coreia do Sul:

El Tratado de Libre Comercio entre la República de Corea y las Repúblicas de Centroamérica fue ratificado por esta última em agosto de 2019 y se está a la

<sup>22</sup> Nos primeiros nove meses, as exportações totalizaram US\$ 4,54 bilhões, com um baixo crescimento anual de 0,5%, devido a uma queda de 4,1% nas exportações tradicionais. O valor dessas exportações foi afetado pela queda dos preços internacionais, o que levou a contrações nas vendas externas de açúcar (6,4%) e café (0,7%). La Maquila caiu 1,8%, devido a uma redução nas exportações de chips eletrônicos (31,1%) e de peças de vestuário não confeccionadas (14,4%). As exportações para os Estados Unidos responderam por 42,1% do total, um declínio anual de 4,5%. Esta queda foi compensada por um aumento de 6,3% nas exportações para os países da América Central.

A conta corrente da balança de pagamentos do primeiro semestre de 2019 registrou um déficit de US\$ 266 milhões, menos de US\$ 157,2 milhões para o mesmo período em 2018. O investimento estrangeiro direto líquido foi de US\$ 436 milhões, 13,4% abaixo do mesmo período em 2018, devido ao impacto da reforma tributária dos Estados Unidos. Os setores que receberam maiores volumes de investimento foram comunicações (US\$ 160 milhões), eletricidade (US\$ 116 milhões) e manufatura (US\$ 108 milhões) (CEPAL, 2020d) (tradução nossa).

espera de su entrada en vigor a principios de 2020. A finales del mês de octubre, culminó la segunda ronda de la Unión Aduanera con miras a facilitar el comercio, la logística y la movilidad en Centroamérica; además, se avanzó en el nuevo Código Aduanero Único Centroamericano (CAUCA) y en la simplificación en el llenado de la Declaración Única Centroamericana (DUCA-T) para agilizar el comercio en las fronteras.

[...]

La CEPAL estima que la economía salvadoreña crecerá un 2,3% en 2020, impulsada por la inversión pública y privada, además del aumento del consumo privado. El Comité de Normas del Banco Central de Reserva busca derogar la norma que exige una reserva del 3,0% de los activos líquidos de los bancos para así liberar unos 400 millones de dólares, que se destinarán principalmente al sector productivo (CEPAL, 2020d).<sup>23</sup>



O foco em políticas de caráter neoliberal e de abertura ao exterior parece ser a lógica governamental na maioria dos países da região. Honduras também é um exemplo de adesão ao modelo desenhado ante aos desdobramentos da armadilha da dívida pública no interior de um processo acelerado de agravamento da crise econômica mundial.

Al segundo trimestre de 2019, la deuda del gobierno central equivalía al 47,2% del PIB (0,2% más que el saldo al mismo período de 2018), la deuda externa representaba el 28,3% del PIB y la deuda interna, el 18,9% restante. La deuda interna registró un incremento del 3,1% respecto a diciembre de 2018. Su servicio supone el 15,6% de los ingresos totales de la administración central, menos que en 2018 (17,2%). El monto de la deuda externa pública

de la administración central, a junio de 2019, ascendía a 6.956 millones de dólares, mientras que en concepto de servicio de la deuda se pagaron 355 millones de dólares (CEPAL, 2020e).<sup>24</sup>

Às dificuldades de gestão de políticas macroeconômicas e dos saldos negativos no Balaço de Pagamentos, geradas com a armadilha do endividamento, segue o receituário de sempre: corte de gastos públicos, isenção fiscal das empresas, elevação dos preços administrados e facilidades para a atração de investimentos de empresas privadas, especialmente estrangeiras.

En los primeros ocho meses del año, los ingresos totales del gobierno central registraron una disminución del 6,0% real con respecto al mismo período del año pasado, ante la disminución

<sup>23</sup> O Acordo de Livre Comércio entre a República da Coréia e as Repúblicas da América Central foi ratificado por estas últimas em agosto de 2019 e deverá entrar em vigor no início de 2020. No final de outubro, foi concluída a segunda rodada da União Aduaneira com o objetivo de facilitar o comércio, a logística e a mobilidade na América Central. Também foram feitos progressos no novo Código Aduaneiro Único Centro-Americano (CAUCA) e na simplificação da conclusão da Declaração Única Centro-Americana (DUCA-T) para agilizar o comércio nas fronteiras.

[...] A CEPAL estima que a economia salvadorenha crescerá 2,3% em 2020, impulsionada pelo investimento público e privado, além do aumento do consumo privado. O Comitê de Normas do Banco Central de Reserva está buscando revogar a regra que exige que os bancos reservem 3,0% de seus ativos líquidos para liberar cerca de US\$ 400 milhões, que serão alocados principalmente para o setor produtivo (tradução nossa).

<sup>24</sup> No segundo trimestre de 2019, a dívida do governo central era equivalente a 47,2% do PIB (0,2% a mais do que o saldo no mesmo período de 2018), a dívida externa representava 28,3% do PIB e a dívida interna, os 18,9% restantes. A dívida interna era 3,1% maior do que em dezembro de 2018. O seu montante significa 15,6% da receita total do governo central, contra 17,2% em 2018. A dívida pública externa do governo central, em junho de 2019, era de US\$ 6,956 bilhões, enquanto os pagamentos do serviço da dívida totalizavam US\$ 355 milhões (tradução nossa).

de los ingresos tributarios (2,9%, en términos reales) y los no tributarios (22,5%). La caída de los primeros está asociada en parte con la eliminación en 2018 de un impuesto sobre el ingreso bruto de las empresas, de manera que, para el ejercicio fiscal de 2019, las empresas con ingresos brutos superiores a 300 millones de lempiras anuales dejaron de pagar el 1,5% adicional del impuesto sobre la renta. En abril de 2019, se aplicó un ajuste de las tarifas eléctricas, con el objetivo de disminuir la presión fiscal sobre las finanzas públicas. Los gastos totales del gobierno central de enero a agosto de 2019 registraron un incremento interanual del 1,2% en términos reales, debido a un impulso de los gastos de capital, que han experimentado un crecimiento real del 6,5% en comparación con el mismo período de 2018 (CEPAL, 2020e).<sup>25</sup>

Nessa perspectiva de abertura, tem crescido o investimento estrangeiro na área de mineração e agropecuária como novos marcos da especialização produtiva interna.

<sup>25</sup> Nos primeiros oito meses do ano, a receita total do governo central diminuiu 6,0% em termos reais em comparação com o mesmo período do ano passado, como resultado de menores receitas fiscais (2,9% em termos reais) e receitas não tributárias (22,5%). A queda na primeira está associada em parte à eliminação em 2018 de um imposto sobre a renda bruta das empresas, de modo que, para o ano fiscal de 2019, as empresas com receita bruta de mais de 300 milhões de lempiras (moeda de Honduras) por ano não pagarão mais o adicional de 1,5% do imposto de renda. Em abril de 2019, foi implementado um ajuste das tarifas de eletricidade, com o objetivo de reduzir a carga tributária sobre as finanças públicas. As despesas totais do governo central de janeiro a agosto de 2019 aumentaram 1,2% em termos reais, devido a um aumento das despesas de capital, que aumentaram 6,5% em termos reais em comparação com o mesmo período em 2018 (tradução nossa).

Tabela 8 – Indicadores – Honduras

	2017	2018	2019 <sup>a</sup>
<b>Tasa de variación anual</b>			
Producto interno bruto	4,8	3,7	2,9
Producto interno bruto por habitante	3,3	2,4	1,6
Precios al consumidor	4,7	4,2	4,1 <sup>b</sup>
Dinero (M1)	18,2	6,9	6,2 <sup>c</sup>
Tipo de cambio real efectivo <sup>d</sup>	1,7	-0,3	-2,0 <sup>e</sup>
Relación de precios del intercambio <sup>f</sup>	-3,1	-6,5	-1,8
<b>Porcentaje promedio anual</b>			
Tasa de desempleo abierto	6,7	5,7	5,7
<b>Millones de dólares</b>			
Resultado global del gobierno central / PIB	-2,7	-2,1	-2,0
Tasa de interés pasiva nominal <sup>g</sup>	4,7	4,7	4,8 <sup>c</sup>
Tasa de interés activa nominal <sup>h</sup>	19,3	17,8	17,3 <sup>c</sup>
Exportaciones de bienes y servicios	9 964	9 992	9 916
Importaciones de bienes y servicios	13 240	14 335	14 304
Balanza de cuenta corriente	-44	-1 263	-820
Balanzas de capital y financiera <sup>i</sup>	928	1 309	1 028
Balanza global	885	46	208

Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de cifras oficiales.

a/ Estimaciones.  
 b/ Datos al mes de octubre.  
 c/ Datos al mes de agosto.  
 d/ Una tasa negativa significa una apreciación real. Se refiere al tipo de cambio real efectivo mundial.  
 e/ Datos al mes de septiembre.  
 f/ División de Desarrollo Económico. Cálculos propios. Balance Preliminar 2019.  
 g/ Promedio ponderado de las tasas de depósitos.  
 h/ Promedio ponderado de las tasas activas en moneda nacional.  
 i/ Incluye errores y omisiones.

Fonte: CEPAL (2020e).

De outro lado, Honduras esteve envolvida na euforia provocada pelos acordos em torno do Tratado de Livre Comércio com a Coreia do Sul, fechado em outubro de 2019. “El Tratado prevé que en el mercado coreano se desgraven de forma inmediata productos hondureños como el melón, el

camarón, el pepino de mar y la langosta, los vegetales, las hortalizas, el azúcar, los textiles y la confección de arneses” (CEPAL, 2020e). No entanto parecem tratar-se de esforços localizados, os quais, ante o agravamento da crise econômica mundial, dificilmente conseguirão inverter as consequências estruturais da especialização produtiva.

El valor de los envíos de café y de banana se contrajo un 15,9% y un 11,0% interanual, respectivamente, debido a los menores precios internacionales y a la disminución de los volúmenes de producción locales.

[...]

Los flujos netos de la inversión extranjera directa (IED) en Honduras sumaron 250 millones de dólares en el primer semestre de 2019, lo que representa un monto 39,3% inferior al recibido en el mismo período de 2018. La política fiscal de los Estados Unidos ha repercutido negativamente en la IED, ya que muchas empresas extranjeras han aprovechado la coyuntura y repatriado sus capitales (CEPAL, 2020e).<sup>26</sup>

### 3.1.3 - Caribe

A República Dominicana e o Haiti são as

referências de base escolhidas neste texto para o entendimento das consequências econômicas da armadilha da dívida pública na região do Caribe.

No início deste século (2002), a dívida interna dominicana representava 1/7 de sua dívida pública externa, que montava algo em torno de US\$ 7,7 bilhões. Porém enquanto o endividamento público externo não chegou a triplicar (US\$ 21,6 bilhões), a dívida interna multiplicou-se por 9, alcançando US\$ 9,9 bilhões, em 2018, segundo dados da Tabela 3. O impacto dessas alterações no perfil do endividamento público pôde ser sentido, em 2019, no seguinte sentido:

Los gastos totales del gobierno central aumentaron un 8,7% interanual real entre enero y agosto. Entre los gastos corrientes, sobresale el incremento en los intereses (un 14%, frente al 11,1% en 2018). En agosto de 2019 el total de la deuda pública del sector no financiero equivalía al 41,9% del PIB, en comparación con el 37,6% del PIB en diciembre de 2018. La mayor parte de esta deuda (67,3%) está contratada con acreedores externos, el 25,1% con acreedores nacionales y el 7,6% por concepto de deuda intergubernamental. De la

<sup>26</sup> O valor das exportações de café e banana se contraiu em 15,9% e 11,0% no ano, respectivamente, devido aos preços internacionais mais baixos e aos volumes de produção local reduzidos. [...] Os fluxos líquidos de investimento estrangeiro direto (IED) para Honduras totalizaram US\$ 250 milhões no primeiro semestre de 2019, 39,3% a menos do que no mesmo período em 2018. A política fiscal dos Estados Unidos teve um impacto negativo no IDE, já que muitas empresas estrangeiras tiraram vantagem da situação e repatriaram seu capital (tradução nossa).

deuda pública, un 88,6% está en régimen de tasa fija, una mejora significativa con respecto a 2013, cuando el 74,1% estaba contratada bajo esas condiciones (CEPAL, 2020f).<sup>27</sup>

Com a economia marcada pela instabilidade econômica, o governo aciona o receituário usual, utilizando das reservas de divisas, acumuladas num montante significativo para a economia nacional, no sentido de evitar maior desvalorização da moeda dominicana:

En septiembre el banco central anunció una inyección de 100 millones de dólares en el mercado cambiario para estabilizar y fortalecer el tipo de cambio. En septiembre las reservas internacionales ascendían a 7.590 millones de dólares (el equivalente de aproximadamente cuatro meses de importaciones), frente a 7.329 millones de dólares en el mismo mes de 2018 (CEPAL, 2020f).<sup>28</sup>

<sup>27</sup> As despesas totais do governo central aumentaram 8,7% em termos reais entre janeiro e agosto. Entre as despesas correntes, destaca-se o aumento dos juros (14%, em comparação com 11,1% em 2018). Em agosto de 2019, a dívida pública total do setor não-financeiro era equivalente a 41,9% do PIB, contra 37,6% do PIB em dezembro de 2018. A maior parte desta dívida (67,3%) é devida a credores externos, 25,1% a credores domésticos e 7,6% a credores intergovernamentais. Da dívida pública, 88,6% é dívida a taxa fixa, uma melhoria significativa em relação a 2013, quando 74,1% foi contratado em tais condições (tradução nossa).

<sup>28</sup> Em setembro, o banco central anunciou uma injeção de US\$ 100 milhões no mercado de câmbio para estabilizar e fortalecer a taxa de câmbio. Em setembro, as reservas internacionais totalizavam US\$ 7,59 bilhões (o equivalente a aproximadamente quatro meses de importações), contra US\$ 7,32 bilhões no mesmo mês em 2018 (tradução nossa).

Tabela 9 – Indicadores – República Dominicana

	2017	2018	2019 <sup>a</sup>
<b>Tasa de variación anual</b>			
Producto interno bruto	4,7	7,0	4,8
Producto interno bruto por habitante	3,5	5,8	3,7
Precios al consumidor	4,2	1,2	2,5 <sup>b</sup>
Dinero (M1)	6,2	13,6	8,4 <sup>c</sup>
Tipo de cambio real efectivo <sup>d</sup>	3,1	2,4	-0,7 <sup>c</sup>
Relación de precios del intercambio <sup>e</sup>	-3,8	-2,8	1,1
<b>Porcentaje promedio anual</b>			
Tasa de desempleo abierto	5,5	5,7	6,1 <sup>f</sup>
Resultado global del gobierno central / PIB	-2,2	-1,9	-2,2
Tasa de interés pasiva nominal <sup>g</sup>	6,8	6,6	6,6 <sup>c</sup>
Tasa de interés activa nominal <sup>h</sup>	13,9	12,5	12,6 <sup>c</sup>
<b>Millones de dólares</b>			
Exportaciones de bienes y servicios	18 991	20 192	20 849
Importaciones de bienes y servicios	21 041	23 607	24 249
Balanza de cuenta corriente	-133	-1 160	-1 233
Balanzas de capital y financiera <sup>i</sup>	861	1 994	1 098
Balanza global	728	835	-135

Fonte: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de cifras oficiales.  
 a/ Estimaciones.  
 b/ Datos al mes de octubre.  
 c/ Datos al mes de septiembre.  
 d/ Una tasa negativa significa una apreciación real. Se refiere al tipo de cambio real efectivo extrarregional.  
 e/ División de Desarrollo Económico. Cálculos propios. Balance Preliminar 2019.  
 f/ Dato correspondiente al primer semestre.  
 g/ Tasas de Certificados de depósitos y/o depósitos a plazo a 61-90 días.  
 h/ Promedio ponderado de las tasas activas en moneda nacional.  
 i Incluye errores y omisiones.

Fonte: CEPAL (2020f).

Dependente das exportações de sua produção especializada, a República Dominicana também tem sentido a queda na

demanda mundial por commodities: “las exportaciones industriales de las zonas francas no crecieron en el primer semestre [de 2019]. Las del sector minero mostraron un dinamismo significativo (8,1%), tras una reducción del 0,8% en el primer semestre de 2018” (CEPAL, 2020f). O desempenho das exportações fica, portanto, aquém da evolução das importações de meios de consumo e de meios de produção, exigindo maiores aportes para o fechamento das contas externas.

Dessa forma, os problemas provocados no Balanço de Pagamentos, gerando maior instabilidade interna, forçam a necessidade de atração de dólares, via investimentos diretos estrangeiros ou por meio de mais empréstimos. Com a queda nas receitas resultantes das atividades vinculadas ao turismo, um forte componente entre as formas de atração de divisas em dólares, as contas externas de 2019 dependeram ainda mais do crescimento das remessas familiares e da entrada de novos investimentos.

De enero a octubre de 2019 hubo una reducción interanual del 3,8% en la

llegada de extranjeros al país (un 5,4% menos de estadounidenses).

[...]

El sector turístico reportó ingresos por 5.767 millones de dólares entre enero y septiembre, una reducción interanual del 0,8%.

[...]

Las remesas familiares aumentaron un 8,6% interanual en el período enero-agosto y ayudaron a compensar la reducción de divisas provenientes del sector turístico. La inversión extranjera directa llegaría a 2.600 millones de dólares para todo el año (2.040 millones hasta septiembre), un 2,5% por encima de los flujos recibidos en 2018 (CEPAL, 2020f).<sup>29</sup>

Entre as nações caribenhas, o Haiti tem sido uma experiência ímpar nas últimas décadas, por reproduzir uma instabilidade sociopolítica de grandes proporções. As convulsões populares ocorrem em meio a uma intensa retração de atividades econômicas internas e das transações com o exterior, trazendo graves problemas de abastecimento, inclusive de combustíveis. Muitos dos serviços públicos tiveram

<sup>29</sup> De janeiro a outubro de 2019, houve uma redução anual de 3,8% no número de estrangeiros que chegaram ao país (5,4% menos que nos EUA).

[...]

O setor de turismo registrou uma receita de US\$ 5,767 bilhões entre janeiro e setembro, uma queda de 0,8% em relação ao ano anterior.

[...]

As remessas familiares aumentaram 8,6% ao ano no período de janeiro-agosto e ajudaram a compensar o declínio das divisas do setor de turismo. O investimento estrangeiro direto alcançará US\$ 2,6 bilhões durante todo o ano (US\$ 2,04 bilhões até setembro), 2,5% a mais do que os fluxos recebidos em 2018 (tradução nossa).

dificuldades de operação em 2019:

En 2019 se estima que la recaudación total retrocedió un 18% en términos reales, por mermas en la tributación directa (20%) e indirecta (14%), así como por la contracción de los ingresos arancelarios (25%). Los ingresos sufrieron tanto por la incidencia del entorno de inestabilidad como por la propia reducción general de la actividad económica. En la capital, de hecho, las oficinas de recaudación de impuestos y aduanas no pudieron realizar sus actividades diarias durante varias semanas (CEPAL, 2020g).<sup>30</sup>

Trata-se de uma situação singular, resultante de anos seguidos de intervenção econômica, política e militar externa, com consequências imprevisíveis. Segundo os dados da Tabela 3, até 2018, a dívida interna se manteve num patamar correspondente à metade da dívida pública com o exterior. Ultimamente, a evolução da dívida externa haitiana esteve em estágio estacionário e não esteve atrelada aos tradicionais aportes de crédito internacional privado, mediados pelo FMI:

<sup>30</sup> Em 2019, estima-se que a arrecadação total tenha caído 18% em termos reais, devido a reduções na tributação direta (20%) e indireta (14%), bem como a contração da receita tarifária (25%). As receitas sofreram tanto com o impacto do ambiente instável quanto com o declínio geral da atividade econômica. Na capital, de fato, as repartições tributárias e alfandegárias não puderam realizar suas atividades diárias durante várias semanas (tradução nossa).

<sup>31</sup> A dívida pública externa do Haiti totaliza US\$ 2,1 bilhões (24% do PIB) e permaneceu praticamente inalterada a partir de 2018. Os novos desembolsos foram apenas US\$ 3,7 milhões, muito abaixo do próprio serviço da dívida (US\$ 21 milhões). A República Bolivariana da Venezuela é o principal credor do Haiti, no âmbito das dívidas contraídas por conta da Petrocaribe (tradução nossa).

La deuda pública externa de Haití suma 2.100 millones de dólares (un 24% del PIB) y se mantuvo prácticamente sin cambios respecto de 2018. Los nuevos desembolsos fueron de apenas 3,7 millones de dólares, muy inferiores al propio servicio de la deuda (21 millones de dólares). La República Bolivariana de Venezuela es el principal acreedor de Haití, en el marco de las deudas contraídas en virtud del programa Petrocaribe (CEPAL, 2020g).<sup>31</sup>

A instabilidade cambial, no ano de 2019, forçou o governo ao manejo das reservas de divisas em dólares, que contou, inclusive, com aporte do BID e do BIRD:

Las ventas netas de dólares del banco central ascendieron a 163 millones de dólares (frente a 82 millones de dólares en 2018), lo que contribuyó a una pérdida de 31 millones de dólares de las reservas internacionales netas, que al cierre de septiembre ascendían a 742 millones de dólares (frente a 774 millones de dólares en 2018). Esta reducción moderada del monto de reservas también se explica por la recepción de

donaciones por 139 millones de dólares, principalmente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) (46%) y el Banco Mundial (39%) (CEPAL, 2020g).<sup>32</sup>

A especialização produtiva voltada para a exportação tem sido marcante nos resultados das contas externas nos últimos anos, com destaque para las maquilas, que tem garantido a ocupação de trabalhadores. “El repunte de las exportaciones se originó sobre todo en las maquiladoras de prendas de vestir, que crecieron un 15% en valor y un 23% en volumen. En oposición, ciertos productos locales representativos, como los aceites esenciales, decrecieron más del 30%” (CEPAL, 2020g).

A situação sociopolítica interna do Haiti tem sido uma consequência de lutas populares de resistência contra as relações de dependência que têm na armadilha da dívida um componente central.

Tabela 10 – Indicadores – Haiti

	2017	2018	2019 <sup>a</sup>
<b>Tasa de variación anual</b>			
Producto interno bruto	1,2	1,5	-0,7
Producto interno bruto por habitante	-0,1	0,2	-1,9
Precios al consumidor	13,3	16,5	19,5 <sup>b</sup>
Dinero (M1)	16,6	22,3	12,8 <sup>b</sup>
Relación de precios del intercambio <sup>c</sup>	0,6	-4,7	-1,0
<b>Porcentaje promedio anual</b>			
Resultado global del gobierno central / PIB	0,4	-2,7	...
Tasa de interés pasiva nominal <sup>d</sup>	4,5	4,9	6,0 <sup>e</sup>
Tasa de interés activa nominal <sup>f</sup>	18,0	17,7	18,3 <sup>e</sup>
<b>Millones de dólares</b>			
Exportaciones de bienes y servicios	1 558	1 780	1 691
Importaciones de bienes y servicios	4 690	5 672	5 354
Balanza de cuenta corriente	-246	-373	-102
Balanzas de capital y financiera <sup>g</sup>	273	322	-73
Balanza global	27	-51	-175

Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de cifras oficiales.  
a/ Estimaciones.  
b/ Datos al mes de agosto.  
c/ División de Desarrollo Económico. Cálculos propios. Balance Preliminar 2019.  
d/ Promedio de las tasas mínimas y máximas de depósitos.  
e/ Datos al mes de septiembre.  
f/ Promedio de las tasas mínimas y máximas de préstamos.  
g/ Incluye errores y omisiones.

Fonte: CEPAL (2020g).

### 3.2 Somos nós os credores

A formação da Rede Jubileo Sul, que se consolida a partir do ano 2001, resultou de um longo processo de lutas dos povos latino-americanos e caribenhos e do intercâmbio de informações entre diversas organizações civis, após as chamadas

<sup>32</sup> As vendas líquidas de dólares do banco central foram de US\$ 163 milhões (comparados a US\$ 82 milhões em 2018), contribuindo para uma perda de US\$ 31 milhões em reservas internacionais líquidas, que no final de setembro totalizavam US\$ 742 milhões (frente a US\$ 7774 milhões em 2018). Esta redução moderada no montante de reservas também é explicada pelo recebimento de US\$ 139 milhões em doações, principalmente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (46%) e do Banco Mundial (39%) (tradução nossa).

crises da dívida ocorridas nos anos 1980. Vários estudos foram produzidos naquele período prévio, indicando a responsabilização dos governos militares pelo endividamento de países latino-americanos, bem como pela elevação do grau de sua subordinação às grandes potências imperialistas, denotando um caminho para a perda de sua soberania.

Em 1998 a articulação que iniciou no Brasil a campanha pelo “jubileo das dívidas” dos países empobrecidos do Sul, organizou o Simpósio da Dívida Externa, em Brasília. Em 1999 realizamos o primeiro Encontro Internacional sobre a dívida [...].

Outros países, também organizados em torno da Campanha pelo Jubileo, tomaram iniciativas de pesquisa, mobilização e organização popular para pressionar os centros de poder em favor do cancelamento da dívida dos países empobrecidos, para os quais a “década perdida do desenvolvimento” (os anos oitenta) não tinha acabado.



[...] A primeira ação pública do Jubileo Sul ocorreu em Colônia, na Alemanha, em junho de 1999, pressionando o G8 aí reunido (ARRUDA e QUINTELA, 2013).

Durante a primeira de década de sua fundação, a Rede Jubileo Sul tratou de encampar a luta pela auditoria contábil da dívida pública. A finalidade era identificar atos de ilegalidade nos acordos resultantes das rodadas de renegociação dos parâmetros dos respectivos processos de endividamento e, com isso, denunciar condicionantes ilegítimos impostos pelas agências multilaterais. Além disso, procurava, a partir das informações colhidas, cobrar alterações no formato dessas negociações e também a reparação de danos socioambientais provocados como consequência dessas deliberações. “Em 2009 a Rede apresentou um documento à [ONU, propondo] um sistema monetário e financeiro internacional a serviço das necessidades e direitos dos povos e do meio ambiente” (ARRUDA e QUINTELA, 2013).

Numa outra linha de abordagem, a Rede Jubileu Sul tratou de divulgar seus estudos, procurando atrair a atenção dos povos para as ameaças socioambientais provocadas pela armadilha do endividamento.

O trabalho preparatório para a Cúpula dos Povos de 2012 no Rio de Janeiro envolveu a realização de oficinas de formação nos diversos países nos quais a Rede se enraizou. As oficinas focalizaram o complexo mapa do sistema do capital, desvelando a estratégia das classes dominantes para abrir novas fronteiras de acumulação usando o tema ambiental como eixo.

A Rede levou para a Cúpula a crítica dos diversos fatores que compõem a crise: os Estados privatizados, subservientes aos interesses das grandes corporações, a criminalização dos movimentos populares, a crescente militarização voltada contra os povos que lutam por seus direitos, a dilapidação do orçamento público pela sangria da dívida, a perversão da luta ecológica pela estratégia corporativa apelidada de Economia Verde, que visa promover a privatização e a mercantilização da natureza e dos bens comuns da humanidade, a escravização dos países pobres ao modelo exportador de bens primários ou de baixo valor agregado, o desprezo das classes dominantes pela prática da democracia, a cegueira crônica causada pela ideologia do

crescimento ilimitado, centrada na lucratividade das empresas e no crescimento do PIB, e não na produção e reprodução sustentável da vida e do bem viver para toda a população do planeta (ARRUDA e QUINTELA, 2013).

Com essas abordagens, a Rede Jubileu Sul construiu uma série de eventos de divulgação de seus materiais informativos, como encontros e tribunais internacionais, voltados para o julgamento popular da armadilha do endividamento, procurando consolidar a perspectiva de que os povos do Sul são os efetivos credores desse perverso modelo de desenvolvimento desigual e, por isso, cobram reparações.

De agora em diante, a Rede Jubileu Sul se propõe avançar nos estudos e nas mobilizações contra a reprodução da armadilha da dívida e de suas consequências desumanas. Neste texto, procuramos aprofundar ainda mais essas reflexões, apresentando um entendimento sobre o endividamento público das nações dependentes no contexto geral do movimento de reprodução dos ciclos do capital mundializado. Com isso, a abordagem escolhida procura desmistificar a ideia da dívida pública como um problema solúvel a partir de alterações nas opções políticas adotadas até aqui pelos governantes, apresentando-a como um elemento estrutural no interior do imperialismo internacional,

em pleno aprofundamento da grande depressão do século XXI.

Percebemos que, a partir dos conhecimentos acumulados nessa longa trajetória de lutas, é possível afirmar que não haverá trégua nessa batalha. Se explicita cada vez mais que, se os povos de todo o mundo forem novamente derrotados, diante do esforço dos Estados nacionais em garantir a prevalência dos interesses dominantes, nessa nova etapa da crise mundial, o grande capital levará até as últimas consequências o seu processo intrínseco de desumanização, cujo resultado será o colapso fatal da própria humanidade.

Por isso, propomos mais um salto de qualidade em nossa organização em rede. É preciso estarmos atentos/as e não cairmos na cantilena entoada há décadas em nossas mentes, enquanto as forças imperialistas impõem a barbárie como solução:

Equivocam-se os que podem crer na possibilidade de uma nova etapa capitalista de retorno ao compromisso keynesiano, com certas concessões aos trabalhadores, mesmo que seja exclusivamente aos de alguns países.

A eventual nova etapa capitalista não poderá fazer concessões aos trabalhadores. Ao contrário, só será possível sobre a base de uma exploração ainda maior. Se a etapa especulativa implica uma grande tragédia para a

humanidade (pelo menos para parcela importante da humanidade) e se a transição para uma eventual nova etapa implicará um aprofundamento e uma extensão dessa tragédia, o capitalismo que sobreviver só o fará impondo tragédia superior. Isso é resultado da tendência decrescente da taxa de lucro que, apesar do efeito contrariante dos lucros fictícios, segue vigente e operante e, na eventualidade de uma nova etapa capitalista, com o capital fictício contido dentro de estreitos limites, só poderá encontrar atenuante em um nível ainda maior de exploração do trabalho. A etapa do capitalismo especulativo, se ele sobreviver, só poderá ser substituída pelo capitalismo funesto (CARCANHOLO e NAKATANI, 2015, p. 103-104).

Dessa forma, não nos cabe imaginar que apenas a vontade política de bons/as governantes poderia alterar o rumo traçado pela lógica de acumulação capitalista no atual estágio de crises e de busca de soluções nos marcos das relações de domínio do capital parasitário. No caso mais específico da armadilha do endividamento, não se trata, pois, de apontar soluções formais, institucionais, em busca de alguma forma de legalidade, uma vez que o próprio conjunto da ordem jurídica está colocado em suspenso, com formas bastante avançadas de totalitarismo. Estamos num momento em que as comunidades tradicionais de Nuestra América estão sendo tolhidas de contar com os



instrumentos institucionais que as protegiam por décadas e que, até pouco tempo, lhes garantiam perspectivas de demarcar seus territórios de reprodução cultural da vida livre. Portanto, não se trata de pensarmos num retorno à normalidade jurídica sonhada, quando a própria base do Estado de Bem-Estar Social, tido como o ápice da modernização capitalista, está sendo dilapidada, inclusive no palco onde ela mais prosperou no pós-guerra e sob a gestão de governos tidos como progressistas.

Não perder essa batalha significaria reunirmos condições para, definitivamente, decolarmos uma trajetória de construção de novas formas de sociabilidade, pois a tendência é de que se agravem ainda mais as contradições no capitalismo mundial. Sempre que isso ocorre, força a busca capitalista por soluções ainda mais draconianas, elevando a distância que separa o sul do norte, em sua lógica de desenvolvimento desigual.

Estamos, pois, chegando a um ponto em que, do mesmo modo que no século XIX, a questão central passa a ser a luta dos trabalhadores para impor limites à orgia a que se entrega o capital (para empregar uma expressão de Marx) e submeter a seu controle as novas condições sociais e técnicas em que em que se podem desenvolver sua atividade de produção. [...] Isso, implica colocar sobre bases radicalmente distintas o conteúdo e as formas do desenvolvimento econômico mundial.

Esta é a razão principal para que a solução aos problemas que enfrentam atualmente os povos de todo o mundo passe necessariamente pela luta de classes e, em particular, pela disposição que tenham para tomar em suas mãos as rédeas da política econômica, o que significa dizer: assumir a direção do Estado. A única resposta que comporta hoje a problemática da globalização é a posta em marcha de uma revolução democrática radical (MARINI, 2000, p. 291-2).

Antes de avançarmos nessa discussão sobre a possibilidade de nós mesmo buscarmos por alternativas, cabe aqui abordar um pouco sobre a conjuntura de 2020, para verificar um pouco do que tem sido colocado oficialmente à mesa para a repectuação do processo de salvar o capitalismo da crise mundial em processo.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A CRISE ATUAL

### 4.1 A nova pandemia e a armadilha da dívida ante a crise do capital

Diante do acirramento da grande depressão do século XXI, incrementada agora com a retração das atividades por conta da nova pandemia, os povos de todo o mundo estão convocados a mais um sacrifício para salvar o capitalismo da crise. Uma parcela significativa, inclusive nas grandes potências imperialistas, está pagando a conta com a própria vida, devido à fragilidade dos sistemas de saúde, alguns por estar em vias de sucateamento das redes públicas resultante da políticas

de austeridade fiscal e outros por operarem, há tempos, em alto grau de mercantilização, portanto sem acesso para boa parte das camadas mais empobrecidas de suas respectivas sociedades.

Diante da ameaça fatal, o grande capital vem forçando os governantes das nações subalternas a implantar políticas mais drásticas ainda de fomento à acumulação, recuperando, inclusive, práticas de expropriação bem próximas daquelas utilizadas no período do Antigo Sistema Colonial. Por diversos meios, procuram garantir minimamente certo patamar de





lucratividade, sem medir os prejuízos socioambientais que suas medidas de contenção possam provocar de imediato e para as próximas gerações. Para salvar os circuitos dominados pela especulação parasitária, os governos de todo o mundo estão sendo orientados a recomprar os títulos emitidos da dívida pública a partir da criação de moeda adicional ou, por outro lado, a trocar títulos podres em poder dos mercados especulativos por novos contratos de dívida pública.

Ao mesmo tempo, o Banco Mundial e o FMI oferecem novas linhas de crédito, facilitando a formação de reservas e as operações de promoção de alguma estabilidade cambial, especialmente para aqueles governos que vinham cumprindo previamente o receituário de política macroeconômica indicado por essas agências multilaterais de fomento e de regulação das relações internacionais.

Essas novas operações de crédito e de emissões de moedas e títulos não são uma novidade, mas podem se reproduzir numa dimensão ainda maior que na crise

mundial de 2008. É bom lembrar que com a desvalorização nos preços das ações nas bolsas de valores e a com a destruição de títulos derivativos, provocadas pela crise de 2008, o socorro também foi imediato e logo houve uma recuperação. Nos anos mais recentes, com os mingua-dos resultados em termos de crescimento econômico mundial, mas com a valorização das ações de empresas que há muito não apresentavam lucros em seus balanços, havia uma expectativa muito grande sobre uma nova onda de especulação e instabilidade em todo o mundo, situação agravada pela decisão dos governos do Japão e da Europa de operar com taxas de juros negativas. Mesmo os Estados Unidos passaram a operar com taxas de juros irrisórias.

Então a crise se aprofunda com a nova pandemia, que se alastrou rapidamente, mas a Covid 19 está longe de ser a causa dessa grande depressão. As primeiras medidas de contenção de uma nova corrida especulativa de grande magnitude, podendo superar o ocorrido em 2008 em termos de quebra de empresas e bancos, devem ser entendidas, portanto, como formas dos governos e das agências multilaterais de salvar o sistema dominado pelo capital parasitário. Para as nações subalternas, isso significa, como sempre, um novo momento para se enredar ainda mais na armadilha do endividamento, dando continuidade ao movimento de distribuição de perdas e ganhos entre as unidades de capital em todo o globo.

É por tudo isso que podemos afirmar que o problema da dívida, pública especialmente, deve ser entendido no plano da acumulação mundial, ou seja, no movimento de disputas entre grandes titãs especulativos que operam em escala internacional, pela apropriação de direitos sobre o comando de determinados volumes de riqueza, no presente, enquanto os governos criam riqueza fictícia, ou seja, geram uma riqueza que poderia ser, ou não, produzida no futuro.

Essa fuga especulativa para a frente, apenas para quem detém o direito de fugir, tem reproduzindo toda essa armadilha que o capitalismo criou, desde as crises estruturais iniciadas nos anos 1960, acirrando o grau das desigualdades em seu desenvolvimento pelo caminho do colapso humano.

As dívidas das nações subalternas são ilegítimas e odiosas, não por ferir a legalidade, que tem sido ajustada a cada momento que os ajustes especulativos assim o exigem, mas por criar condições desumanas de relações sociais, retirando dos povos a sua soberania, especialmente em relação à sustentabilidade do planeta para as gerações futuras. Assim, superar a pandemia da dívida significaria superar as próprias relações do capital mundializado.

#### 4.2 - Que Alternativas Teríamos?

Evitar que a conta da crise seja mais uma vez imposta às classes trabalhadoras

urbanas e às comunidades tradicionais exige das organizações populares a recuperação dos valores acumulados na tradição de suas próprias lutas pela plena emancipação humana. Os cenários colocados para o próximo período desafiam à ação imediata dos povos de todo o mundo e, em particular, a *nosotros* latino-americanos e caribenhos por nossa proximidade geocultural.

Ao mesmo tempo, é preciso organizar e mobilizar os instrumentos de solidariedade entre os vários extratos das classes populares em nível interno e, também, na dimensão internacional. Neste momento, o desafio tem sido fomentar a denúncia sobre as verdadeiras causas da crise, demonstrando o quanto a ganância das grandes empresas transnacionais, que invadem cada vez mais nossos países na América Latina, é a principal responsável por este caos. O desespero do comando do capital ante uma crise que se arrasta durante décadas tem sido a principal motivação para a destruição da natureza, criando graves problemas para a produção de alimentos e agravando ainda mais





a crise ecológica, com o risco de destruição maciça de grandes populações humanas.

Recuperar o sentido das lutas emancipatórias significa orientar as lutas populares para substituir o atual modelo de Estado, ampliando os espaços de participação política direta das camadas populares, como pauta fundamental neste momento. Contudo isso exige a construção de novos instrumentos políticos de organização, nacional e internacional. Cabe às lideranças intelectuais orgânicas a organização das classes populares se o plano estratégico é a construção de formas alternativas de poder, considerando que não é possível superar o Estado capitalista legitimando e participando de suas principais instituições. Não serão meros ajustes nas políticas macroeconômicas (redução

de taxas de juros e algum controle no fluxo de capitais) ou uma maior atenção dos governantes aos apelos pela Reforma Agrária prometida que irão resolver o problema das desigualdades sociais e da dependência das nações.

A mudança efetiva pressupõe novas relações de produção, aproveitando as experiências embrionárias de alguns países latino-americanos e caribenhos, aprendendo com seus êxitos e fracassos e aprimorando seus ensinamentos:

O que deve ser considerado fundamental é que a revolução seja efetivamente popular e democrática, com ampla participação das massas em todos os níveis de decisão. Isso porque a construção consciente de uma nova sociedade irá exigir a organização

de um sistema de planificação central, participativo e democrático, sem a formação de uma burocracia estatal. Por isso, há a necessidade de um amplo estudo e uma profunda avaliação dos sistemas de planificação que foram construídos nas experiências dos países que tentaram a construção do socialismo e regrediram para o capitalismo.

Enfim, o socialismo só será uma realidade no futuro quando a maioria das nações do mundo tiver realizado as suas revoluções e as novas relações sociais tiverem sido amplamente disseminadas por todo o planeta. Mas, esse não será jamais o resultado espontâneo do desenvolvimento capitalista. A construção do socialismo exige um enfrentamento contra as poderosas forças do capital que, mesmo enfraquecidas, mantêm a hegemonia em todo o mundo (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015, p. 123).



Parece nítido, portanto, que é preciso retomar o acúmulo de conhecimentos emancipatórios dos povos em luta. Retomar a perspectiva de sujeito histórico, saindo do automático das práticas condicionadas pela mercantilização da vida cotidiana. Recuperar a capacidade de reflexão pela formação de quadros e pela promoção de novas práticas educativas com as massas populares. O desafio é rasgar o véu do templo, nos termos emancipatórios, de acúmulo e difusão de conhecimentos, no processo de luta e não no conforto dos gabinetes.

O processo educativo deve superar o limite dos dogmas e da produção de propagandas tradicionais, embaçadas em bandeiras por uma nova sociabilidade sem conteúdo mais concreto. Ao contrário, trata-se de difundir didaticamente, nos espaços de convívio popular, como tem sido a produção burguesa das relações de poder em nossa sociedade e como nossas próprias práticas cotidianas acabaram sendo condicionadas a elas pelo processo de mercantilização, inclusive as coisas mais simples da vida.

Mas, ao mesmo tempo, também é preciso criar ações propositivas, viáveis, no curto, no médio e no longo prazos. A partir das experiências das lutas dos povos, que precisam ser cada vez mais visibilizadas, é possível traçar planos que demonstrem a viabilidade de um mundo diferente, que somente os povos organizados são



capazes de realizar, a partir de suas práticas de buscas solidárias de resolução de problemas cotidianos (saúde, educação, moradia).

Respeitando o saber popular, é possível pôr em prática a difusão de formas mais humanas de organização do trabalho e de proteção da natureza, acumulando, assim, conhecimentos sobre as várias formas de resistência e de luta cotidiana dos povos.

Esse deve ser, inclusive, o tratamento da reorganização das lutas de resistência e das ações concretas em direção à superação definitiva da armadilha do endividamento em *Nuestra América*. Há de se recuperar a perspectiva de reagrupamento das estratégias unificadoras na criação de alternativas para os povos, que até então foram enredados nessa armadilha, com todas as repercussões econômicas socioambientais e de ataque cultural que se desdobraram durante as décadas de recrudescimento da crise mundial do capital.



## REFERÊNCIAS

- ACCIÓN Ecológica. FMI: deuda, extractivismo, violencia y pobreza. Oct./2019. Disponível em: <<http://www.biodiversidadla.org/Documentos/FMI-Deuda-extractivismo-y-violencia>>.
- ACOSTA, Alberto. Pagar es morir: ¡queremos vivir! Rebelión. 23/03/2020. Disponível em: <<https://rebelion.org/ar-es-morir-queremos-vivir/>>. Acesso em: 23/03/2020.
- A INVASÃO chinesa. Revista Época Negócios, São Paulo: Editora Globo, n. 62, p. 70-85, abr. 2012.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. A balança comercial em 2019 e a especialização regressiva brasileira. Ecodebate. 08/01/2020. disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2020/01/08/a-balanca-comercial-em-2019-e-a-especializacao-regressiva-brasileira-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso: 09/03/2020.
- ANDERSON, Perry. A política externa norte-americana e seus teóricos. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ARRUDA, Marcos, QUINTELA, Sandra. Dívida globalizada é crise: quem deve a quem? Alai. Out./2013. Disponível em: <<https://www.alainet.org/pt/active/68368>>.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Séries temporais, 2019. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em 20/12/2019.
- CARCANHOLO, Reinaldo, NAKATANI, Paulo. Capitalismo especulativo e alternativas para a América Latina. In: GOMES, Helder (Org.) Especulação e lucros fictícios. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- CEPAL. Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe – 2019. Enero/2020.

CRUZ, Paulo Davidoff. Dívida externa e política econômica. São Paulo: Brasiliense, 1984.

EICHENGREEN, Barry. A globalização do capital: uma história do sistema monetário Internacional. São Paulo: Editora 34, 2000.

GOMES, Helder. Aprendizados da experiência chinesa: sobre as relações de Estado numa transição ao socialismo. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

\_\_\_\_\_. A plataforma Brasil frente à crise do capital: um balanço da primeira década do século XXI. Vitória, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. Dislética da dependência. In: SADER, Emir (Org.). Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000. p 105-65.

NAKATANI, Paulo, et. al. A expansão internacional da China através da compra de terras no Brasil e no mundo. Textos & Contextos, v. 13. Porto Alegre: PUC-RS, p. 58-74, 2014.

NAKATANI, Paulo, GOMES, Helder. The nature and the contradictions of the capitalist crisis. In: MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti, SABADINI, Mauricio de Souza (Eds.) Financial speculation and fictitious profits: a marxist analysis. Londres: Palgrave Macmillan / Springer International, 2019. p. 183-209.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: UNICAMP, 2003.

STONE, Oliver e KUZNICK, Peter. A história não contada dos Estados Unidos. São Paulo: Faro Editorial, 2015.

UGARTECHE, Oscar, LEÓN, Carlos de. El financiamiento de China a América Latina. Alai – América Latina. Disponível em: <[https://www.alainet.org/es/articulo/205024?utm\\_source=email&utm\\_campaign=alai-amlatina](https://www.alainet.org/es/articulo/205024?utm_source=email&utm_campaign=alai-amlatina)>. Acesso em 27/03/2020.



Realização



Parcerias



Apoio

